



Lois Manoel Juncal Sampedro

PARA COMPREENDER A EURO-REGIÃO GALIZA — NORTE DE PORTUGAL

Volume I

Trabalho de projecto de investigação no âmbito do Mestrado em Economia Local da Faculdade
de Economia da Universidade de Coimbra

Orientador: Professor Doutor Fernando Alberto Baetas Oliveira Ruivo
Coimbra, 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LOIS MANOEL JUNCAL SAMPEDRO

**Para compreender a Euro Região
Galiza - Norte de Portugal**

Dissertação de Mestrado em Economia Local apresentada na Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Fernando Baetas Oliveira Ruivo

Coimbra ano 2012

Agradecimentos

Quero agradecer às seguintes pessoas e entidades pela sua ajuda no Desenvolvimento desta dissertação.

O primeiro agradecimento é para o Professor Doutor Fernando Baetas de Oliveira Ruivo pelo acompanhamento e orientação. Também quero agradecer ao Professor Doutor Pedro Miguel Girão Nogueira Ramos pelas suas aulas e pela constante disponibilidade no tempo que estudei em Coimbra.

Agradeço ainda ao Professor de Historia Universal da Escola Universitária de Magistério da Universidade de Vigo, Padre Doutor Francisco Carballo Carballo, amigo e orientador em questões históricas.

Ao Eixo Atlântico, gostaria agradecer a muita informação recebida e que está transcrita em parte desta dissertação.

Fica o meu grande agradecimento à minha família: A minha mãe Fina e o meu pai Gonçalo. À minha mãe pelo suporte na minha vida, ao meu pai, que já cá não está, engenheiro da marinha que me ensinou a navegar na vida.

Agradeço aos Mestres em Economia Local Dr. Paulo José do Vale Pereira Santos Rajado, Dr. Carlos Manuel Pinto Lopes Branquinho, Dra. Sandra Isabel Correia Serafim Tralhão e Dr. João Manuel da Silva Matos da Cruz pela disponibilidade na revisão dos textos e à Dona Gema Piñón Acibeiro, Técnica Superior em Secretariado, pelo seu contributo no processamento eletrónico deste trabalho.

Por último, um agradecimento a Coimbra pelos amigos e pelo tempo que estive na Universidade.

Resumo

A primeira parte deste trabalho apresenta elementos introdutórios sobre a Galiza e o Norte de Portugal, sobre as suas instituições regionais e os primórdios dos relacionamentos entre estes dois territórios. De seguida, falamos da fronteira como elemento separador, do galego e o português como línguas de raiz comum e da cultura popular material e imaterial que ainda mantêm vivas as semelhanças entre a Galiza e o Norte de Portugal. Apesar destas realidades, foi necessário a entrada de Espanha e Portugal na Europa para que a Galiza e a Região Norte de Portugal se reencontrem novamente e comecem a funcionar como Euro-região que, desde há pouco tempo, conta já com uma administração com personalidade jurídica própria e vontade de gestão regional. Neste sentido, o objetivo poderá centrar-se em melhorar a mobilidade e integração regional desta Euro-região Galiza Norte de Portugal.

Palavras chave / key words: Galícia- Norte de Portugal, Instituições regionais, fronteira, Europa, integração regional, economia regional.

Abstract

We begin our dissertation introducing Galiza and North of Portugal, his regional respective institutions and the beginnings of the relations of these two territories.

We speak, also, about the border as separating element. And about the linguistic common root for Galizan and Portuguese. Material and immaterial culture still keep alive the similarities in Galiza and the north of Portugal.

In spite of these realities, Spain and Portugal has to became members of the European Union to create a Euroregion named Galiza - North of Portugal with own public administration and legal body.

Therefore now the challenge will be to improve the mobility of people and to increase regional integration.

Palavras chave / key words: Galícia- North of Portugal, regional institutions, Border, Europe, regional integration, regional economy.

Lista de tabelas, figuras e gráficos

Figuras

Figura 1. - Mapa de Galiza	6
Figura 2. - Norte de Portugal	7
Figura 3.- Área geográfica da Euro Região.....	8
Figura 4- Cambio populacional na Europa.....	57
Figura 5.- Viaturas ligeiras nos principais pontos fronteiriços	69
Figura 6.- Portos de mar	78
Figura 7.- Infra-estrutura aeroportuária da euro região. 2008	78
Figura 8.- Rede ferroviária de alta velocidade prevista para Euro-região em 2020	79
Figura 9.- Investimento global na Euro-região	80
Figura 10.- Potência instalada em energias renováveis na península ibérica e na Euro-região 2007	81
Figura 11.- Investimentos previstos em energias renováveis na Euro-região para produção de eletricidade	82
Figura 12.- Oportunidades de turismo	84
Figura 13.- Parque termal Euro-região 2007	84

Gráficos

Gráfico 1.- População da Euro-região Galiza-Norte de Portugal	55
Gráfico 2.- Evolução dá IMD conjunta de carros e autocarros nos principais pontos de fronteiras no período	70
Gráfico 3.- Espanhóis e portugueses, por idade, que trabalham na Euro-região Galiza-Norte de Portugal fora do seu estado de origem	71

Tabelas

Tabela 1.- Desemprego na Euro-região Galiza – Norte de Portugal	58
Tabela 2.- População empregada por grupos de ramos de actividade. Ano 2010	59
Tabela 3 .- Comércio intracomunitário: expedições por país de destino e chegadas por país de origem. Ano 2010	61
Tabela 4.- Produto interno bruto	62
Tabela 5.- Alunos matriculados.....	67
Tabela 6.- Contratos laborais a estrangeiros na Galiza.....	70
Tabela 7.- População portuguesa, por sexo e província, residente na Galiza. 2011	71
Tabela 8.- População galega, por sexo e província de origem, residente em Portugal.....	71
Tabela 9.- Pessoas físicas de nacionalidade espanhola e residência em Espanha por cai, com salários declarados na região Norte de Portugal. 2011	72
Tabela 10.- Contratos a trabalhadores portugueses residentes em Portugal por CNAE na Galiza	72
Tabela 11.- Outros destaques e diferenças da Euro-região	73-75
Tabela 12.- Estratégia	77
Tabela 13.- Impacto da linha ferroviária de alta velocidade Porto - Vigo na Euro Região	79
Tabela 14.- Cluster luso galaico do sector têxtil, vestuário e moda	83
Tabela 15.- Inovação	85

SUMARIO

Capítulo 1 – Galiza e o Norte de Portugal.	5
A Região do Norte de Portugal	7
Capítulo 2- O que nos separou: A Fronteira	9
Capítulo 3 - O que nos une	13
a-) Duas línguas	13
b-) Uma cultura material e imaterial	15
Capítulo 4 - Europa e O Conselho da Europa	21
Capítulo 5 - As Organizações Interregionais Européias	23
Capítulo 6 - As Organizações de Cooperação Transfronteiriça	29
Capítulo 7 – A comunidade de trabalho Galiza - Norte de Portugal (CT G-NP)	33
Estrutura orgânica da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal ..	35
As etapas evolutivas e balanço de gestão da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal	37
Capítulo 8 – O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	41
Estrutura orgânica do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	42
Capítulo 9 – A AECT GALIZA – Norte de Portugal	47
Capítulo 10 – Sobre a Economia, mobilidade e integração da Euro-região Galiza – Norte de Portugal	55
a-) A população	55
b-) Mercado de trabalho	58
c-) Comercio Intracomunitário	60

d-) Contas regionais.....	62
e-) Indústria e energia	64
f-) O setor turístico	65
g-) Indicadores sociais	66
H-) Mobilidade na Euro-região.....	68
Capítulo 11 - Plano Estratégico.....	77
a.) Plano estratégico da Euro-região.	77
b.) Infra-estruturas de transporte-portos.	77
c.-) Plataformas logísticas – investimentos.....	80
d.-) Energias renováveis – investimentos.....	80
e.-) CLUSTER TEXTIL.....	82
f.-) TURISMO	83
g.-) INOVAÇÃO	85
Conclusão.....	87
ANEXO I – Transcrição de entrevista	91
ANEXO II .Inquérito de opinião: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO. DA GALIZA E DO NORTE DE PORTUGAL. SOBRE A EURO-REGIÃO	99
BIBLIOGRAFIA E FONTES	105

Introdução

Esta dissertação faz parte do Mestrado em Economia Local da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Iniciei os estudos deste mestrado em setembro de 2007 e finalizei-os em 2009. O orientador desta dissertação foi o Professor Doutor Fernando Baetas de Oliveira Ruivo, do Núcleo de Sociologia.

O meu interesse por este tema surge da necessidade de compreender e explicar o processo de integração regional que se está a produzir entre a Galiza e a Região Norte de Portugal. Um processo que em muitas ocasiões se realiza em círculos políticos labirínticos e do que a maioria dos cidadãos não tem um conhecimento direto. É um processo que gera certas tensões, especialmente entre as posições centralistas de ambos Estados em que Galiza e o Norte de Portugal estão enquadrados.

A explicação do processo de regionalização, do que foi o reino da Galiza e a Gallaecia romana, terá sempre como ponto de partida o reencontro de Portugal e Espanha com a sua entrada na União Europeia. Desde esse momento, as políticas europeias permitem aproximações não só da Galiza e do Norte de Portugal, se não de todas as regiões do resto da Europa, graças às políticas regionais comunitárias, às políticas de coesão e de desenvolvimento regional.

Os estados vêem-se forçados a aceitar que o desenvolvimento vai mais além do que os planos estatais e que as regiões e as localidades - o local - têm um papel importante nos processos de desenvolvimento de grupos locais e regionais e os atores políticos começam a encontrar-se para pôr em marcha estas pautas de ação, as pautas europeias.

Neste sentido, a região Galiza Norte de Portugal é uma iniciativa que se baseia na política regional e de desenvolvimento da União Europeia.

Como consequência disto, pesquisamos todo o processo desde as primeiras manifestações a favor das regiões do Conselho da Europa. Manifestações que de alguma maneira são tomadas em conta pelas políticas europeias de coesão e desenvolvimento regional e que se vão materializando tanto nos programas europeus como nas diferentes organizações e instituições com assento nos territórios regionais.

Em primeiro lugar devemos estudar as organizações inter regionais europeias e as organizações de cooperação transfronteiriça que contribuíram para o nascimento da Comunidade de Trabalho Galiza - Norte de Portugal (CTG-NP), do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e por fim da AECT GALIZA - NORTE DE PORTUGAL

Uma vez que conhecemos o processo passamos a estudar os componentes económicos do Euro-região Galiza Norte de Portugal e as suas características, problemáticas e propostas de integração e desenvolvimento.

Encontramo-nos perante uma região com uma população relativamente jovem, na periferia tanto da Europa como de Espanha e Portugal e não longe das regiões desenvolvidas da União Europeia.

Portanto a_Galiza e o Norte de Portugal complementam-se em diferentes campos, como o já mencionado da população. Compartilham interesses atividades como a pesca, a agricultura e a indústria têxtil e formam um importante mercado que precisa de mais atuações para aumentar a sua integração econômica e social, numa região que apresenta o Norte de Portugal mais industrializado que a Galiza, mas com uma grande mobilidade entre as duas regiões. Quase 50 % do total das pessoas que se movem entre Galícia e Portugal fazem-no através da fronteira entre a Galiza e o Norte de Portugal. Será uma integração possível, imprescindível e que já está a atuar como exemplo de cooperação territorial para outras regiões de Europa.

No capítulo 1 é feita uma breve introdução sobre aspetos históricos e institucionais da Galiza e do Norte de Portugal

O capítulo 2 debruça-se sobre a reflexão sobre a fronteira que nos separou, que foi quase sempre uma fronteira aberta.

O capítulo 3 dedica-se ao que nos une: Duas línguas e uma cultura material e imaterial.

Os capítulos seguintes centram-se na elaboração do processo de assentamento da cooperação regional e no nascimento da Euro-região. Por último, o capítulo 10 analisa a economia e a mobilidade na Euro-região Galiza Norte de Portugal.

Finalmente, acabamos com a exposição de conclusões e propostas do plano estratégico para a integração e o futuro da Euro-região Galícia Norte de Portugal.

Capítulo 1 – Galiza e o Norte de Portugal.

Os relacionamentos entre a Galiza e o Norte de Portugal têm uma antiguidade de séculos, de tal forma que a Galiza e o Norte de Portugal constituíram uma mesma unidade geográfica, cultural e política até ao ano 1128: O Reino de Galiza.

No dia 24 de junho de 1128 deu-se a divisão do Reino da Galiza, dando origem ao nascimento de Portugal depois da Batalha de São Mamede.

A Batalha de São Mamede, que ocorreu perto de Guimarães, considerar-se-á como o primeiro facto da fundação de Portugal, quando as tropas de Afonso Henriques venceram as forças da sua mãe Teresa e do Conde Galego Peres de Trava.

Depois da Batalha de São Mamede, Afonso Henriques proclamou-se Príncipe de Portugal e começou a ser chamado Rei de Portugal em 1139. A independência de Portugal ficaria reconhecida no ano 1143 no “Tratado de Zamora”. Em 1179, o Papa declara Rei a Afonso Henriques, de jure.

“De facto, parece ser que o papel que a nobreza portugalense desempenha numa conjuntura confusa e de enfraquecimento da autoridade monárquica (1108-1126), o que explica o evoluir os acontecimentos em direção à independência e a não consolidação de um reino da Galiza que englobasse também Portugal, embora

assimilando bastantes elementos na nobreza galega, sobretudo filhos segundos que se fixam em entre - Douro e Minho”(…)

(…) “A Alteração da atitude dos nobres portugalenses surge com a política que se poderia chamar “imperialista” do Arcebispo Diego Gelmirez de Santiago de Compostela que, pretende criar um autêntico principado eclesiástico na Região Galiza - Norte de Portugal em aliança com o Conde de Trava”¹.

Com Portugal Independente, e depois de grandes problemas políticos e económicos, a Galiza continua a manter-se como reino dentro da Espanha até 1833, ano que desaparece juridicamente. Depois de São Mamede, a Galiza vê diminuir toda a sua importância política, e passa a ser parte periférica em primeiro lugar do Reino de Leão e posteriormente do Reino da Espanha numa longa etapa histórica que acabaria no ano 1980. O dia 21 de dezembro de 1980 aprovar-se-á por referendo o Estatuto de Autonomia da Nacionalidade Histórica da Galiza. E com ele nascem o Governo Autônomo e o Parlamento da Galiza.

Atualmente a Galiza está dividida em 4 províncias:

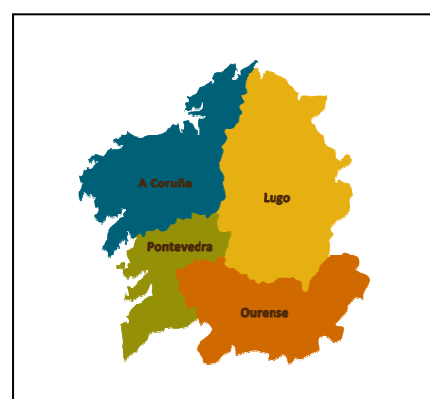
A Corunha

Lugo

Ourense

Pontevedra.

MAPA 1: MAPA DA GALIZA



¹ Mattoso, José. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. 3ª Edição. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Junho 2007. ISBN: 978-972-27-1566-9

A Região do Norte de Portugal

A Região do Norte de Portugal foi formalmente instituída em 1969 como região de planeamento (CPR), e no ano 1979 passa a designar-se Comissão de Coordenação Regional (CCR). É composta pelas sub-regiões do Litoral Norte (distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto) e do Interior Norte (distritos de Vila Real e Bragança). Em 1986, Portugal foi dividido em unidades territoriais para fins estatísticos e a Região do Norte de Portugal passa a ser considerada uma NUTS II, subdividida nas seguintes NUTS III:

FIGURA 2.- NORTE DE PORTUGAL

1 - Alto Trás-os-Montes

2 - Cávado

3 - Ave

4 - Grande Porto

5 - Tâmega

6 - Entre Douro e Vouga

7 - Douro

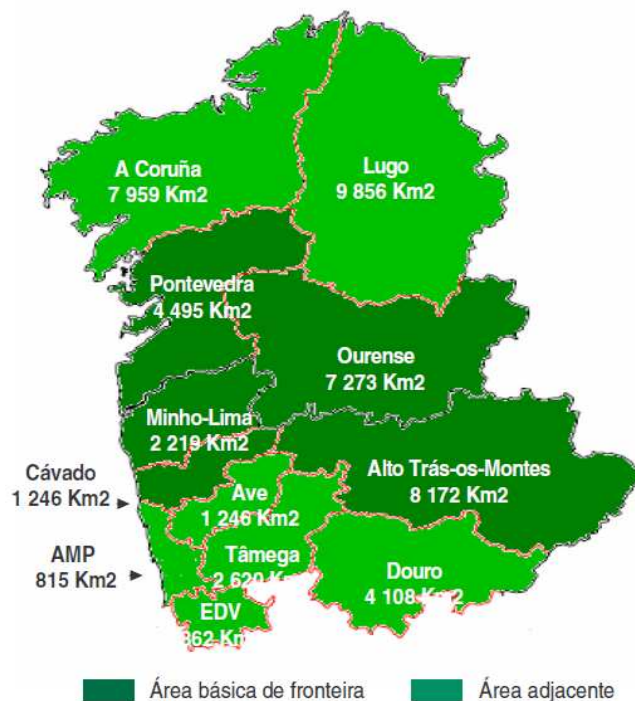
8 - Minho-Lima



CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) assume a missão de promover a articulação das políticas públicas setoriais com uma visão territorial do desenvolvimento, com a incumbência de executar as políticas de ambiente,

de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional na Região do Norte (NUT II). A CCDR-N tem também por missão promover a atuação coordenada dos serviços descentralizados de âmbito regional em articulação com os membros do Governo responsáveis pelos respectivos domínios e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, no que depende do membro do Governo com a tutela, no caso o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local¹¹.

FIGURA 3.- ÁREA GEOGRÁFICA DA EURO-REGIÃO



Fonte: CCDR- Norte de Portugal

¹¹ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)
<http://www.ccdr-n.pt/pt/gca/?id=1028>

Capítulo 2- O que nos separou: A Fronteira

O que nos separou foi um destino político diferente e como consequência disso, uma fronteira. É possível que tenha sido a primeira fronteira da Europa e, portanto, o que poderia ser o primeiro tratado fronteiriço da história: O “Tratado de Tui” de 1137.

O professor Carlos Barros Guimeráns,^{III} da Universidade de Santiago de Compostela afirma que: “O facto de que Portugal, - e sobretudo o Norte de Portugal - e Galiza tenham uma história comum até o século XII não é algo que se possa esquecer ao estudar os relacionamentos posteriores entre as duas beiras do rio Minho”. Dentro das “diversas alternativas do processo de formações nacionais da Península” estava, no século XII, o “consolidado de um reino de Galiza que englobasse também Portugal”, no entanto dos acontecimentos somente resultou a independência política da Galiza bracarense.

(...)” Para trás ficavam séculos de inter relação e de convivência social desde o rio Douro até ao mar Cantábrico, que atingiram a sua máxima expressão na coformação da língua galego-portuguesa. Mas a ruptura que começou em 1128 não afetou do mesmo modo o tecido social e cultural como afetou a política que vinculava as duas partes da grande Galiza.”(...)

^{III} “A fronteira medieval entre Galiza e Portugal”, Revista Tema Livre, Ano VI – Edição nº 12 – Niterói, rio de Janeiro, 25 de abril de 2007. <http://www.revistatemalivre.com/galiza12.html>, revisão julho 2007.

(...)“O passado nacional comum e o carácter periférico da Galícia e do Norte de Portugal verbo dos respectivos centros do poder político, fazem particularmente permeável a fronteira galaico- minhota. De facto, em todas as guerras que implicaram Portugal e Castela nos séculos XIV e XV, desenvolveu-se um poderoso bando português nas terras da Galiza: 1366-1371, a favor de Pedro I e de Fernando de Castro; 1386-1387, a favor do Duque de Lancaster; 1475-1476, a favor de dona Joana e de Pedro Alvares de Soutomaior” . (...)

Barros Guimeráns sinala que “ A fronteira entre a Galiza e Portugal foi um produto mais da história, do que da natureza. As fronteiras naturais contribuem grandemente para definir os limites políticos, tal é o caso do rio Minho, responsável pela nitidez da linha divisória Pontevedra / Minho. Mas na fronteira do Alto Lima e de Trás-Os-Montes a delimitação fronteiriça é mais vaga. Uma coisa é a fronteira política e outra bem diferente a fronteira mental”.

E por isso, a fronteira política entre Galiza e Portugal nunca foi exatamente uma fronteira completa, mental e socialmente. Sempre foram umas fronteiras abertas “vivam os dois reis, muitos anos”, diziam os vizinhos de Meau, na província de Ourense, privilegiados com o COUTO MISTO, que lhes permitia comprar e vender nas feiras de ambos reinos sem pagar impostos, apesar da alfândega.

E como prova disso pode-se mencionar que já no século XV se conhecia bem a existência da fronteira legal porque os delinquentes se aproveitavam disso: estava generalizado o costume de transpô-la para fugir das responsabilidades penais.

“Pero o Estado Moderno reforça o controlo fronteiriço, próprio do Estado-Nação, mediante corpos policiais ajeitados, especialmente os relacionados com as finanças”.(...)

(...)“Em 1864, assinou-se o “Tratado de Limites entre Espanha e Portugal”, completado com a Troca de Notas de 1906. Em ambos os documentos, a fronteira da raia seca entre Galiza e o Norte de Portugal têm grande importância”^{IV}

Mas a permeabilidade das fronteiras ficou patente no florir do contrabando. No século XIX o setor de gado bovino foi o grande beneficiário, depois das boas perspectivas abertas em Portugal para este sector, pelo “Tratado de Methuen” (1703), subscrito com a Grã-Bretanha. As terras desde Limia e Monterrei até às terras de Barroso transformaram-se na rota mais frequente por ser uma zona, como já foi indicado, de incerta demarcação. Esta zona nunca perdeu esse privilégio, mas no século XX, especialmente nos anos das ditaduras de Salazar e Franco, os contrabandistas incidiram no contrabando de produtos alimentares, principalmente café, vestuário e tabaco. O contrabando converteu-se numa estratégia básica de reprodução social para muitas famílias camponesas dos dois lados da raia, em anos muito duros de fomes e misérias. Estabeleceu-se assim uma rede de

^{IV} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

solidariedade consolidada pelos laços familiares, de vizinhança e de amizade que facilitavam muito o labor dos pequenos contrabandistas, apesar dos esforços dos carabineros e guardas civis, na banda galega, e da GNR, na banda do Norte de Portugal. A fronteira também foi porta de asilo e refúgio ao longo do tempo, de um lado para carlistas e fugidos antifascistas, do outro para miguelistas e jovens desertores das guerras coloniais.

Capítulo 3 - O que nos une

a-) Duas línguas

O idioma português e idioma de Estado. Teve na sua história depurações léxicas e uma fixação ortográfica. Estendeu pelo mundo lusófono, consagrando o seu âmbito com o acordo normativo luso-brasileiro de 1986.

“Converteu-se em língua oficial da União Europeia (o galego e língua de trabalho). Desde muito cedo as elites lisboetas esqueceram voluntariamente a origem comum com o galego, marginalizando os falantes minhotos, portadores do velho tronco, como uma deturpação repudiável do bom português.”^v

O idioma galego converteu-se em ágrafo desde o século XV, confinado à oralidade popular, repudiado pelo poder civil, social, económico e eclesiástico que adotaram o castelhano como língua de prestígio. Quando no século XIX o ressurgimento literário reivindicou o galego como língua de cultura, a falta de norma ortográfica mostrou ser um obstáculo de dimensões consideráveis para a sua normalização.

O franquismo supôs para a língua galega o retrocesso aos séculos escuros da agrafia, que se agravou ainda mais, com o processo paralelo de urbanização que deixou para trás o domínio da Galiza rural monolíngue. Nem sequer a Igreja Católica apostou nela. Quando o Concílio do Vaticano II acordou terminar com o monopólio do latim como

^v Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

língua litúrgica, o galego não mereceu ser considerada língua que permitisse transmitir a mensagem divina até à tardia data de 1969.^{vi}

A recuperação das liberdades democráticas e a conceção da oficialidade do galego e do castelhano no Estatuto de Autonomia de 1981 resolveram a polémica da norma ortográfica que se devia seguir. Assim, apareceram duas correntes principais, os integracionistas, defensores da adoção como própria da ortografia portuguesa, e o Instituto da Língua Galega (ILGA), defensor da manutenção de uma ortografia diferenciada, mais próxima do castelhano pela força das interferências de uso do que da história da língua que fora criando. A 3 de julho de 1982 a Real Academia Galega (RAG) e o ILGA (Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela) aprovaram uma normativa que a Junta da Galiza decretou como oficial, sem que os integracionistas a reconhecessem.

O galego, que é a língua oficial da administração autónoma e das universidades galegas, paradoxalmente perde falantes entre as pessoas mais novas. A disputa ortográfica não é a culpada desta evolução, mas não faz nenhum favor ao idioma, disputa que pode estar a ponto de ser superada depois da aprovação, o 12 de julho de 2003, por parte da RAG de uma normativa de concórdia que tenta chegar um acordo de mínimos, aceitando alguma das aproximações ao português.^{vii}

^{vi} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

^{vii} Silva, Carlos; Cardoso, António. As Euro-regiões e o Futuro da Europa. Edições do Eixo Atlântico.

b-) Uma cultura material e imaterial

Outro ponto de união constitui-o a forma de organizar o território. Tratou-se, em ambos os casos até os últimos decénios, de espaços com um forte predomínio das atividades agro – marítimo - fluviais, com uma agricultura baseada nas pequenas explorações familiares encaminhadas para uma economia de subsistência e auto consumo, porém o policultura de cereais para o pão, batata, legumes e hortaliças e com uma atividade marítima sempre em conexão e partilha de conhecimentos e artes das pescas entre a Galiza e o Norte de Portugal. A freguesia era o núcleo relacional básico, onde se forjavam as identidades coletivas e os sentimentos de pertença. A vila, com a feira semanal, quinzenal ou mensal, atuava como centro do universo camponês e do marinheiro.

Os comportamentos culturais das gentes, nestes contextos tão próximos pela geografia, a paisagem e a economia também oferecem muitos pontos em comum. Assim, as elevadas densidades de população e o extremo parcelamento das pequenas explorações agrárias, levaram a práticas de controlo da população parecidas, por outro lado, às de outras regiões europeias com as mesmas características: retardo da idade do casal (exceto conjunturas muito favoráveis, como a introdução do milho no século XVII), celibato, alta taxa de ilegitimidade e emigração. Neste último aspeto, os emigrantes retornados também vão coincidir num e outro lado da raia na sua preferência por instalar-se não na aldeia de origem, senão numa cidade (A Corunha, Vigo, Ourense, Porto, Braga, Vila Real) ou para a vila que exerce como reitor do entorno rural. No que diz respeito às remessas materiais da emigração, o dinheiro fundamentalmente e os

investimentos seguem também caminhos paralelos: nos tempos da emigração americana eram as terras e as habitações rurais os bens mais prezados; nos tempos da emigração europeia as habitações urbanas ou camponesas recolhem o testemunho. ^{VIII}

Trata-se de um patrimônio que, como refere Santiago Veloso Troncoso, Manifesta-se, sobretudo: “no âmbito das atividades agro marítimas, nos processos de saberes artesanais, nas atividades lúdicas e de lazer e na literatura de tradição oral.

Nos processos artesanais como os cesteiros, afiadores, canteiros, oleiros, músicos e vendedores ambulantes.

Nos processos associados na Galiza e em Portugal, há coincidências folclóricas importantes, como acontece com as regueifas e outras canções e músicas do Norte.

A gaita, as cadências rítmicas presentes nos cantares as danças de tipo gremial, o tipo de agrupamentos musicais, são exemplos dessas manifestações comuns.

Os vestidos tradicionais, muito ricos e com grandes variantes locais, refletem a existência de uma simbologia (formas ornamentais, decorativas ou simbólicas) que remontam, em alguns casos, à época castreja. A presença do ouro e a sua elaboração com iconografia milenária estão presentes em muitas variantes dos factos tradicionais.

^{VIII} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

Nas festas galaico-portuguesas combinam-se referencias ecológica ou naturalista com outras de caráter simbólico.” (...).^{IX}

Encontramos tipologias que vão desde as festas universais do ciclo anual, como as que estão relacionadas com momentos importantes do périplo da terra à volta do sol, até às romarias centradas num santuário ou as festas locais ou setoriais.

O ciclo anual e o ciclo agrário são celebrados de uma maneira peculiar neste território. Entre as festividades cíclicas destacam-se os festejos da época do Natal, do Carnaval, os Maios e o São João.

Sempre em atenção ao trabalho de Santiago Veloso Troncoso, diversas romarias estão centradas em santuários com um passado remoto.

Para além da sua dimensão religiosa, tem um especial valor sociocultural, que manifesta as inquietudes e a capacidade criativa do povo.

Em todas estas festas há um substrato de crenças naturalistas pré cristãs que se conservam sob uma manifestação religiosa.

^{IX} Veloso Troncoso, Santiago (2008) O Património Cultural imaterial galego-português: riqueza e diversidade. ISSN: 1579-6582. Revista: Tempo Exterior. Revista de Análise e Estudos Internacionais.

No que diz respeito ao património associado a uma literatura de tradição oral, neste território foi onde nasceu a lírica medieval galaico-portuguesa que, como acontece com as cantigas de amigo, são uma forma culta da tradição oral de origem popular.

A tradição oral que existe na Galizaa e no Norte de Portugal está feita para ser cantadas com melodias tradicionais consequentemente, os textos complementam-se com melodias tradicionais, como sucede com as pandeiradas, alalas, cantares à desgarrada, etc.

No Norte de Portugal, o cantar à desgarrada é comum em toda a região, enquanto que na Galiza a regueifa é uma das manifestações em grave risco de desaparecimento.

As cantigas de escárnio e maldizer e as críticas expressas nas regueifas ou cantares à desgarrada têm um substrato coincidente num mesmo espaço cultural separados por vários séculos.

A fronteira que outrora nos separou, é atualmente, desde a integração nas Comunidades Europeias, um elemento de maior união. Os dois Estados ibéricos aderiram à “Convenção de Schengen” sobre livre circulação de pessoas no ano 1991. Em 1993 a inauguração da Ponte Internacional Tui-Valença, que une as duas regiões por autoestrada, pôs simbolicamente fim a essa fronteira física.

A relação direta entre a integração dos povos peninsulares nas Comunidades Europeias e o estreitamento de relações entre a Galiza e a Região Norte de Portugal pode medir-se através das pontes que cruzam o Minho.

Antes de 1986 só existia uma ponte, aquela que desenhara Eiffel para servir de passagem a veículos e a comboios, que foi inaugurada em 1886. Desde a nossa integração na Europa quatro novas pontes unem os territórios minhotos das duas Regiões: Monção - Salvaterra, aberta em 1987; Valença -Tui, com uma autoestrada inaugurada em 1993; Melgaço -Arbo, disponível desde 1998; e, finalmente, Vila Nova da Cerveira - Goián, que estará em serviço em 2004. Os serviços de Transbordo fluvial estão a funcionar entre Goián e Vila Nova da Cerveira (Transbordador de São Cristovão) e entre A Guardia e Caminha (Transbordador de Santa Rita de Cássia).

Capítulo 4 - Europa e O Conselho da Europa

A primeira instituição europeia que apostou na cooperação transfronteiriça e inter-regional foi o Conselho da Europa, fundado em Londres em 1949. O Conselho da Europa criou, em 1957, a Conferência Europeia de Poderes Locais, como forma de diálogo dos representantes das entidades locais dos países membros. Em 1975 a Conferência definiu melhor o seu sentido passando a denominar-se Conferência de Poderes Locais e Regionais da Europa, para, a partir de 1994, passar a denominar-se Congresso de Poderes Locais e Regionais com duas câmaras, uma para os poderes locais e outra para os regionais. O documento mais importante saído da Conferência foi a Declaração de Bordeaux sobre os problemas da regionalização, em 1978, que, entre outras coisas, indica:^x “O direito de cada europeu à sua Região, é um dos elementos do seu direito à diferença. Opor-se a esse direito seria opor-se à identidade do homem europeu e em definitivo, da mesma Europa”.^{xi}

Em 1964, a Assembléia Geral do Conselho encarregou a Conferência de examinar a oportunidade e, no seu caso, as modalidades de cooperação entre coletividades locais dos diferentes estados membros (diretiva nº 227). Este encargo converteu-se na “Convenção Européia sobre cooperação transfronteiriça das coletividades ou autoridades territoriais” de 21 de maio de 1980. Esta Convenção entrou em vigor depois de ser ratificado por quatro estados: Noruega, Suécia, Dinamarca e a República Federal da

^x Nuno Venade, Luís Domínguez. As Euro regiões e o futuro de Europa. O modelo da Euro-região Galiza-Norte de Portugal.,. ISBN: 972-9071-44-6

^{xi} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

Alemanha, em 1981. Portugal ratificou a Convenção em janeiro de 1989, enquanto que a Espanha fez o mesmo em agosto de 1990. É através desta Convenção que se assinam Tratados e Acordos internacionais de cooperação transfronteiriça entre vários países europeus. O primeiro foi a chamado “Convenção de BENELUX” de 1986, que entrou em vigor em 1991. Na Península Ibérica, Espanha e França subscreveram o “Tratado de Baiona”, em 1995, e Portugal e Espanha, em 2002, na “Convenção de Valência”.

Em 1985 aparece a Carta Europeia da Autonomia Local, que Portugal ratificou em outubro de 1990, e que contempla a possibilidade de as entidades locais poderem assinar acordos com as suas homólogas de outros países europeus. Em 1992 aprovou-se a Carta das Línguas Regionais ou Minoritárias.

Capítulo 5 - As Organizações Interregionais Europeias

Em paralelo às resoluções do Conselho da Europa foram surgindo associações de cooperação regional com diversas denominações e objetivos. Entre as pioneiras é necessário mencionar a Associação de Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE), fundada em 1971 durante a Primeira Conferência de Regiões Fronteiriças Europeias, organizada pelo Conselho da Europa. O motor que gerou o aparecimento da ARFE foi a existência da Regio Basiliensis (1963), entidade de colaboração entre França, Alemanha e Suíça no alto Rio Reno. Logo foi-se estendendo ao longo desse curso fluvial pelas terras da remota Lotaríngia, terras de fronteiras instáveis e disputadas na contemporaneidade, para transpassar esses limites para as fronteiras germanas do Leste, os Pirineus e a Península Ibérica, impulsionando o nascimento, ao seu passo, de organizações particulares de cooperação transfronteiriça. Galiza foi a primeira Comunidade Autónoma espanhola em afiliar-se à ARFE, em 1986.

Em 1973 nasce a mais importante e ativa das primeiras organizações interregionais europeias: trata-se da Conferência de Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM), da qual hoje fazem parte a Galiza e a Região Norte de Portugal, que pretende um desenvolvimento equilibrado e poli-centrado do território europeu. Hoje está integrada por 146 regiões de 25 países. O ativismo da CRPM plasmase em várias das suas iniciativas, entre as que é preciso destacar a promovida em 1984 na sua reunião de Trieste, na qual se decidiu criar o Conselho de Regiões da Europa, formalmente constituído em 1985 e desde 1987 conhecido como Assembleia de Regiões da Europa (ARE); outra importante

acção da CRPM arrinca da sua decisão de criar no seu seio sete comissões representativas das diferentes áreas geográficas: Mediterrâneo, Mar do Norte, Báltico, Balcãs, Mar Preto, Báltico, Ilhas e o Arco Atlântico. Para a cooperação entre Galiza e a Região Norte de Portugal a mais importante destas comissões da CRPM é o Arco Atlântico, fundado em Faro o 13 de outubro de 1989 como uma iniciativa do ex-ministro gaullista O. Guichard, daquela Presidente da região francesa de Pays-de-Loire, integrando 26 regiões europeias da fachada ocidental. O Arco Atlântico nasce ao mesmo tempo em que se está a constatar por parte de R. Brunet e o GIP-RECLUS a existência de um eixo europeu, desde Milão a Londres, que concentra a maior parte dos recursos e dos intercâmbios, e chamado de “banana azul”,^{xii} feito com que incrementa a periferia das áreas europeias do Arco Atlântico.^{xiii}

Uma das suas primordiais finalidades será a captação de fundos comunitários que permitam convergir com os centros económicos europeus ou, quando menos, diminuam a perifericidade das regiões da área. Noutras palavras, atuar como um lobby em Bruxelas será uma prioridade. Não obstante, esse não será o seu único objetivo: criar uma massa crítica de cooperação entre as sociedades civis dos seus territórios figura também como uma das suas prioridades. Assim, em 1993 celebraram-se em Santiago de

^{xii} A “Banana Azul” é um corredor urbano da Europa Ocidental. Estende-se desde o noroeste da Inglaterra, até Milão. Abarca cidades como Mánchester, Londres, Bruxelas, Amsterdão, Colónia, Frankfurt, a Vazia do Ruhr, Luxemburgo, Estrasburgo, Basileia, Zurique, Milão, Turim, Paris Génova, Mónaco e Niza. E Uma das maiores concentrações de habitantes, dinheiro e indústria do mundo.

^{xiii} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

Compostela os “Primeiros Encontros Patronais do Arco Atlântico” para ir tecendo redes de relações empresariais que fomentem um desenvolvimento equilibrado:

Estes Primeiros Encontros Patronais na Galiza acabam com um balanço positivo. A via do diálogo e dos primeiros intercâmbios entre industriais de diferentes regiões do Atlântico fica a partir de então aberta.

É preciso, doravante, reforçar este novo conceito de relações por volta das instâncias do Arco Atlântico, concretizar este desenvolvimento económico inter-regional estimulando novos projetos industriais inovadores e ambiciosos que criarão os empregos de manhã. A idéia é inovadora: Arco Atlântico de Desenvolvimento (AAD) trabalhando pela sua promoção. A palavra têm-na agora os atores, os próprios empresários .

A ARE, da qual também fazem parte a Galiza e a Região Norte de Portugal, mesmo com os seus máximos dirigentes tendo feito parte do seu Comitê Permanente em diferentes momentos, é hoje a mais ampla organização regional europeia, acolhendo no seu seio 250 regiões de 26 países e 12 organizações inter-regionais, já que a ARE aceita entre os seus membros ambas as duas fórmulas, em boa medida como consequência da sua origem, da que já comentámos algo, a partir dessas organizações preexistentes, concretamente de 9 em 1985:

- . União de Regiões de Cidades Capitais Europeias (URCCE, 1965)
- . Associação de Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE, 1971)
- . Associação das Regiões dos Alpes Centrais (ARGE ALP, 1972)

- . Conferência de Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM, 1973)
- . Associação das Regiões dos Alpes Orientais (ALPE ADRIA, 1978)
- . Comunidade de Trabalho das Regiões dos Alpes Ocidentais (COTRAO, 1982)
- . Comunidade de Trabalho dos Pirinéus (CTP, 1983)
- . Comunidade de Trabalho do Jura (CTJ, 1984)
- . Comunidade de Trabalho das Regiões de Tradição Industrial (RETI, 1984)

Para além das organizações territoriais fundadoras, uma delas, a URCCCE, desaparecida, hoje são membros da ARE, outras quatro:

- . Assembleia das Regiões Europeias Vitivinícolas (1988)
- . Comunidade de Trabalho dos Países do Danúbio (1990)
- . Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal (1991)
- . Assembleia de Regiões Europeias Frutícolas, Legumínicas e Hortícolas

A ARE jogou um papel determinante na hora de alcançar que as regiões tivessem representação institucional na UE, primeiro através do Conselho Consultivo dos Entes Locais e Regionais, em 1988, e depois mediante o Comité das Regiões, tal e como ficou refletido no “Tratado de Maastricht², em 1992.

O documento mais importante elaborado pelo ARE é, sem dúvida, a “Declaração sobre o regionalismo na Europa”, aprovada nos seus Estados Gerais celebrada em 1996. Neste texto, além de defender a necessidade de que as regiões contem com

personalidade jurídica própria em todos os países europeus, formula-se, no seu artigo 16, algo muito relacionado com o tema da cooperação transfronteiriça, já que se pede que as regiões possam:

(...) celebrar Tratados, Acordos e protocolos internacionais, condicionados à aprovação do governo central, sempre que a legislação estatal lhes o exija. As regiões promoverão a cooperação entre si, bilateral ou multilateralmente, tanto dentro do Estado como mais para lá das próprias fronteiras, com o fim de realizar projetos comuns.

As regiões terão direito a estabelecer representações próprias (...) em terceiros Estados e perante as organizações internacionais (...) participarão nas atividades internacionais do seu Estado, segundo os mecanismos jurídicos internos estabelecidos para o efeito e sempre que afetam as suas competências legislativas ou interesses essenciais (...).

O principal sucesso do ARE nos seus anos de vida foi conseguir que as regiões deixem de ser percebidas desde Bruxelas como meros lobbies e sejam consideradas como parte integrante do enquadramento institucional comunitário.

Ao mesmo tempo em que se fundava a ARE, os mesmos parceiros criaram o Centro Europeu de Desenvolvimento Regional (CEDRE) como órgão de consulta, estudo e assessoria técnica em matéria de desenvolvimento regional no seu mais amplo sentido, especialmente no relacionado com as políticas e fundos comunitários. Para esta

finalidade conta com um amplo leque de peritos procedentes do setor privado, das universidades e dos institutos de investigação que trabalham por encargo para os sócios da ARE que, por defeito, também o são do CEDRE.

Capítulo 6 - As Organizações de Cooperação Transfronteira

Os nomes usados para designar este tipo organizações são muito variados, mas os mais conhecidos são os de Euro-região e Comunidade de Trabalho.

Uma Euro-região tem caráter permanente, normalmente identidade própria, diferente da dos seus membros, conta com recursos administrativos, técnicos e financeiros próprios e possui capacidade interna para tomar de decisões e, por vezes, chega a possuir uma assembleia parlamentar.

As Euro-regiões clássicas respondem, por um lado, a realidades territoriais com um importante passado comum e muitos laços culturais, mas por outro, também no presente, a zonas com intensas relações económicas, fomentadas pela existência de núcleos urbanos próximos da fronteira que a dotam de uma grande permeabilidade.

Nestes casos as Euro-regiões são claros instrumentos de integração. Os objetivos mais comuns das estruturas de cooperação que se dizem Euro-regiões são assessorar, assistir e coordenar a cooperação transfronteira, em particular nas áreas de desenvolvimento económico; turismo e tempos livres; transporte e trânsito, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento regional, inovação e transferência de tecnologia, proteção do meio; cooperação social, escolas e educação, cultura e desportos,

serviços de emergência e prevenção de desastres, saúde pública, energia; comunicações, eliminação de resíduos e segurança pública.^{XIV}

Uma Comunidade de Trabalho tem caráter permanente, mas não costuma ter identidade própria, senão a que deriva dos seus membros.

Também não possuem competências separadas das dos seus membros nem recursos financeiros e humanos próprios, e raramente desfrutam de autonomia de decisão a respeito dos seus integrantes. São, fundamentalmente, estruturas centradas em atividades de planeamento estratégicas.

A maioria das Euro-regiões está situada nas fronteiras da Alemanha (18 delas têm entidades locais ou regionais deste país entre os seus membros) o que reforça o seu papel de superar as fronteiras disputadas no passado.

Talvez a Euro-região Sarre-Lor Lux, fundada em 1989, integrada pelo Sarre alemão, a Lorena francesa e o Estado de Luxemburgo, seja o exemplo paradigmático. A mais antiga nasceu em 1965 e leva o significativo nome de EUROREGIO reunindo, na atualidade, aproximadamente uma centena de municípios holandeses e alemães, possuindo um Conselho formado por parlamentares de ambos os lados da fronteira.

^{XIV} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

Hoje em dia há Euro-regiões em áreas tão diferentes como os Pirineus – onde existe a Euro-região Transpirenaica desde 1991, integrada por Catalunha e duas regiões francesas, Pirineus Médios e Languedoc-Rosellón – ou a zona setentrional do continente, onde nesse mesmo ano nasce a Euro-região do Norte – com as três regiões belgas (Flandres, Valonia e Bruxelas), a francesa de Nord-Pás-de-Calais e o condado inglês de Kent. Nas Euro-regiões podemos encontrar municípios, associações de municípios, regiões, estados, câmaras industriais ou de comércio, etc.

Se, como acabamos de ver, as Euro-regiões tiveram a sua origem à beira do Reno, foram os picos alpinos os que viram nascer as primeiras comunidades de trabalho. Assim, em 1972 funda-se a Comunidade de Trabalho dos Alpes Centrais (ARGE ALP), a qual deu lugar depois, em 1978, à Comunidade de Trabalho dos Alpes Orientais (ALPE ADRIA).

A última das comunidades alpinas seria, em 1982, a Comunidade de Trabalho das Regiões dos Alpes Ocidentais (COTRAO). A seguinte zona europeia a desenvolver estas organizações foram os Pirineus: ali em 1983 formou-se a Comunidade de Trabalho dos Pirineus (CTP).

A fronteira luso-espanhola viu nascer a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal (CT G-NP), em 1991, a Comunidade de Trabalho Castela e Leão – Centro de Portugal em 1995, a Comunidade de Trabalho Norte-Castela e Leão em 2000, os Grupos

de Iniciativas Transfronteiriças (GIT) Extremadura-Alentejo, começado em 1992, e Centro-Extremadura, começado em 1994 e, por último, a Comunidade de Trabalho Andaluzia-Algarve, em 1995.^{xv}

^{xv} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

Capítulo 7 – A comunidade de trabalho Galiza - Norte de Portugal (CT G-NP)

O nascimento em 1991 da primeira organização de cooperação transfronteiriça da fronteira hispano-portuguesa resulta inseparável de duas circunstâncias históricas relativamente próximas no tempo e de evolução paralela em Espanha e Portugal: o fim das ditaduras ibéricas e o processo de consolidação democrática, em primeiro lugar, e a integração europeia que supõe a incorporação ao Conselho da Europa e, mais tarde, às Comunidades Europeias.

Com efeito, a Região Norte de Portugal tem personalidade administrativa desde 1979, com a constituição da Comissão de Coordenação Regional Norte (CCR-N), e a Comunidade Autónoma tem personalidade política desde a aprovação do seu Estatuto de Autonomia, em 1980, e posterior celebração das primeiras eleições ao Parlamento, em 1981, que elegeram Presidente da Junta de Galícia, governo próprio galego. CCR-N e Junta de Galícia, assim nascidas, serão as partes constituintes da Comunidade de Trabalho. Já anteriormente, em 1977, Espanha e Portugal subscreveram um “Tratado de Amizade e Cooperação”, que vinha a pôr fim ao Pacto Ibérico assinado pelos governos autoritários em 1941. Este Tratado constitui uma declaração de intuítos que serve de quadro geral para as relações entre os dois estados. O principal suporte jurídico da Comunidade de Trabalho tem a sua origem no Conselho da Europa e na “Convenção-Marco europeia sobre a cooperação transfronteiriça das autoridades e coletividades territoriais”, aprovada em 1980 e ratificada por Portugal e Espanha em 1989 e 1990, respectivamente.

O processo de construção europeia está claramente detrás do Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho assinado o 31 de outubro de 1991. No seu preâmbulo diz-se que (...) Tendo presentes as importantes mudanças que vai supor, singularmente nas regiões fronteiriças, o mercado Único Europeu, que exigirá uma cooperação mais estreita para fazer frente com sucesso à nova situação e para permitir o máximo aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento socioeconómico, cultural e turístico, num marco de crescente interdependência e solidariedade inter-regional, assim como a coordenação e aproveitamento das iniciativas comunitárias em tal sentido (...). Decididos, em consequência, a reforçar e desenvolver as suas relações de boa vizinhança e a harmonizar critérios de ação e, a tal efeito, a dotar-se de um instrumento que favoreça a continuidade, a coerência e o incremento da cooperação transfronteiriça, com a tripla finalidade de contribuir ao desenvolvimento de ambas as regiões, à construção da Europa e à melhora da situação das populações fronteiriças, coincidem na oportunidade da criação de um organismo de animação da cooperação transfronteiriça bilateral.^{XVI}

Anos antes de assinar-se este acordo já haviam começado as ações concertadas no seio da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM), órgão do que as duas regiões eram membros. O desenvolvimento dos Programas de Desenvolvimento Regional (PDR), como método de gestão das políticas regionais comunitárias, permitiu novos

^{XVI} Acordo constitutivo da Comunidade e Trabalho assinado o 31 de outubro de 1991. <http://www.Galiza-Nortept.org/indez.php/gl/documentos>.

exercícios para harmonizar e que tiveram a sua primeira concretização na Memória Conjunta de pedido de financiamento de um estudo global da Região Norte de Portugal-Galiza para intervenções específicas comunitárias, elaborada ao longo de 1986. Esta colaboração continuou com as 1as Jornadas Técnicas de cooperação transfronteiriça, em 1988, jornadas que teriam uma segunda edição em 1990, precursora direta da assinatura do Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho na cidade de Porto.

A CT G-NP nasce evidentemente pelo impulso da construção europeia e pelos incentivos económicos que podem porvir dos fundos estruturais para as duas NUT II incluídas dentro do Objetivo 1. Não obstante, este não foi o único impulso que pôs a andar a Comunidade de Trabalho. Às afinidades históricas, ecológicas, linguísticas e culturais que já foram comentadas, é preciso acrescentar a decidida vontade das autoridades políticas participantes no processo. Luis Braga da Cruz na altura, Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte e Manuel Fraga Iribarne, Presidente da Junta de Galícia apostam, decididamente, por aprofundar as relações entre a Galiza e Portugal em geral e mais particularmente com a Região Norte de Portugal.

Estrutura orgânica da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal

A nova organização não tem personalidade jurídica. Cada uma das instituições signatárias disponibiliza a sua estrutura organizativa para executar os acordos adotados e cada uma das instituições signatárias sufragará os gastos que gere a sua participação nas reuniões e nas atividades da Comunidade de Trabalho (Art.º 8).

Os orçamentos nutrir-se-ão com prestações iguais para cada região. A Presidência durará dois anos e será rotativa, entre os respectivos Presidentes da Junta de Galícia e da atual CCDR-N. O órgão de governo está formado por um conselho paritário. A gestão quotidiana recai em dois coordenadores gerais que contam com o apoio de dois coordenadores técnicos.

Comunidade de Trabalho está formada, na atualidade, por 9 Comissões:

- Quatro Comissões Setoriais (Desenvolvimento Sustentável e Planeamento, Desenvolvimento Económico e Turístico, Inovação e Eficiência Energética e Cidadania).

- Quatro Comunidades Territoriais de Cooperação (CTC do Vale do Minho, CTC do Vale do Limia, CTC do Vale do Tâmega e CTC do Vale do Cávado) que agrupam instituições de ambos lados da fronteira: Câmaras Autárquicas portuguesas, câmaras municipais e Deputações Provinciais da Galiza.

- Uma Comissão específica, constituída pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, que se ocupa da política urbana das cidades que fazem parte deste.

A entrada em vigor do “Tratado entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa sobre cooperação transfronteiriça entre Entidades e Instâncias Territoriais”, a 30 de janeiro de 2004, possibilita que, mediante os oportunos convénios, entidades como a CT GNP possam criar organismos (Consórcios, Associações de Direito Público ou

Empresas Intermunicipais) para desenvolver projetos conjuntos ou gerir, conjuntamente também, equipamentos e serviços públicos.

As etapas evolutivas e balanço de gestão da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal

A operacionalização da primeira organização transfronteiriça na fronteira hispano-lusa supôs uma novidade que houve que implantar com sossego. Pode dizer-se que os dois primeiros mandatos rotativos, entre 1992 e 1996, foram tecendo uma rede de relações entre políticos, funcionários e instituições suficientemente densas para poder cumprir os objetivos estratégicos da Comunidade, ao mesmo tempo em que se formava a trama orgânica, sobretudo no Plenário de Santiago de 1992, com a criação das Comissões Setoriais previstas no Acordo Constitutivo.

A participação nos PIC da União Europeia foi determinante na constituição da Comunidade, e resulta justo que uma análise do seu trabalho comece por eles. Pelas próprias datas da fundação o programa INTERREG I não pôde ser aproveitado, mas não ia acontecer o mesmo com o INTERREG II. Alcançar o maior número de projetos co-financiados pela iniciativa comunitária converte-se num dos objetivos.

Desde 1996, de forma clara, a "máquina está suficientemente oleada" para desenhar e gerir os variados projetos surgidos desde as Comissões Setoriais, centrados em aspectos como:

a) Infraestruturas de transporte e comunicação fronteiriça com realizações tão simbólicas como as Pontes entre Arbo e Melgaço, Salvaterra-Monção e entre Vila Nova de Cerveira e Goián, estradas trans-fronteiriças, ou a colocação do cabo de fibra óptica entre Valença e Tui.

b) Ecologia, com múltiplas atuações de saneamento rural e das vilas e a aposta simbólica pelo Parque Transfronteiriço Geres – Xurés.

c) Formação e emprego, com intercâmbios de escolares de ensino secundário das duas regiões, especialmente de formação profissional, e, sobretudo, a criação, em Valença do Minho, de um Centro de emprego Transfronteiriço da rede EURES.

d) Cultura e turismo, com uma aposta decidida pelo turismo rural e de natureza como uma das maiores potencialidades da Euro-região de para o seu desenvolvimento económico futuro. Fruto desta colaboração foi a edição do primeiro Mapa Turístico Galiza – Região Norte de Portugal no qual se indicam os recursos e produtos turísticos da Euro Região, com especial atenção nos Caminhos de Santiago, rotas dos vinhos, artesanato, património histórico e ambiental. Assim mesmo, publicou-se um Guia da Raia, centrado na zona fronteiriça do rio Minho, que recolhe itinerários temáticos com referências à gastronomia, património, religião, e cultura.

e) Informação estatística, criação de uns serviços estatísticos próprios da Euro Região, graças à colaboração entre o Instituto Galego de Estatística e o Instituto Nacional

de Estatística de Portugal. Delegação Regional Norte, que se plasmaram na realização de publicações como os Anuários Estatísticos da Euro-região e Atlas de Empresa

f) Dinamização económica, a criação de um Fundo de Capital Risco, aprovado pela Comissão Europeia, para promover o desenvolvimento industrial e as relações económicas entre as duas regiões e criar condições favoráveis para que as PME possam avançar com estratégias de internacionalização, O Fundo constituiu-se, em maio de 1996, com 1.000 milhões de escudos por parte da Região Norte de Portugal e 825 milhões de pesetas por parte da Junta de Galícia, e está gerido pelo PME Capital, da parte portuguesa, e pelo XESGALIZA, no lado galego.

g) Agricultura e pesca, onde a intervenção mais importante talvez seja o programa de saneamento do gado numa franja de 50 km da fronteira entre ambas as regiões;

h) Por último, na área de cuidados de saúde e assuntos sociais, o programa de mais destaque, financiado como todos os precedentes pelo INTERREG II, foi o de intercâmbios de férias para pessoas da terceira idade, justamente a geração que por causa de viver a etapa das ditaduras ibéricas mais pôde interiorizar as mensagens nacionalistas de indiferença, quando não desprezo, pelo vizinho.

O objetivo final da cooperação inter-regional situa-se em consolidar um espaço funcional de maior dimensão económica, mais competitiva e com mais projeção exterior,

para potenciar o desenvolvimento socioeconómico das duas regiões por força dos avanços que pudessem alcançar-se em ausência de cooperação. Para atingir esse objetivo o programa estabelece quatro objetivos operativos: articular o espaço conjunto Galiza-Região Norte de Portugal; articular o espaço transfronteiriço; valorizar a projeção exterior do espaço conjunto e promover ações e projetos piloto em novos campos de excelência; e, por último, difundir e animar os processos de cooperação e apoiar os mecanismos de gestão desta cooperação. Estamos, nestes momentos, em pleno processo de execução de novos projetos de cooperação, e já existem boas perspectivas num dos programas estrela, tal seria a conexão, mediante comboio de alta velocidade, de Porto e A Corunha.

Capítulo 8 – O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Em 1991, quando se estava a criar a Comunidade de Trabalho, Fernando Gomes, Presidente da Câmara de Porto, procura através da Associação de Cidades da Galiza e da Região Norte de Portugal atingir o objetivo explícito de formar um lobby urbano, diante das autoridades comunitárias, para alcançar financiamento dentro dos programas do chamado Pacote Delors II, que supôs a consolidação da reforma dos fundos estruturais começada com o Pacote Delors I, em 1988. A iniciativa logo encontrou apoios nos presidentes da Câmara que regiam as mais importantes cidades galegas, interessados em ativar uma plataforma que lhes permitisse cooperar entre eles no âmbito do sector urbano da Euro-região.

Assim, já em 1991 se assinaram convénios de cooperação entre Santiago, A Corunha, Ferrol, Pontevedra, Ourense, Porto e Vigo. A 1 de abril de 1992, no Porto, teve lugar a constituição formal do Eixo Atlântico com a assistência de doze cidades (Porto, Braga, Bragança, Chaves, Viana do Castelo, e Vila Real, do lado português, e Vigo, A Corunha, Santiago, Pontevedra, Ourense e Ferrol, da banda galega. Lugo chegaria a tempo, ainda, para ser cidade fundadora ao estar presente à seguinte reunião que aprovou os estatutos) e a do Diretor -Geral de Política Regional (DX XVI da Comissão Europeia), M. Manfredi. O temor à consolidação da “Banana azul” e a necessidade da coesão económica e social está muito presente no documento de fundação.^{XVII}

^{XVII} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009].

Estrutura orgânica do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Os estatutos do Eixo Atlântico foram aprovados a 12 de junho de 1992 em Vigo. Unem-se treze cidades, ao abrigo do direito privado de cada país e do ideário europeísta comunitário, fundamentalmente, no que se refere ao desaparecimento das fronteiras que afetam ou dificultam a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços, para alcançar uma série de objetivos que se priorizam:

Obras de infra-estruturas; telecomunicações; ações sociais com especial incidência na construção de habitação deste tipo; saúde; defesa e reabilitação do Património Histórico, Artístico, Arquitetónico e Cultural; proteção e promoção meio ambiental; turismo; movimentos migratórios e mercado de trabalho; promoção de todo o tipo de atividades económicas, sociais e culturais que conectem com as raízes e identidade dos Municípios membros.^{XVIII}

Para atingir esses objetivos o Eixo está dotado de estruturas iniciais muito singelas: uma Assembleia, uma Comissão Executiva, um Presidente e um Vice-presidente. Todas as cidades estão presentes tanto na Assembleia (o presidente da Câmara e dois vereadores) como na Comissão Executiva (o presidente da Câmara ou substituto). Parecem órgãos superpostos: ainda que a Assembleia se defina como órgão deliberativo, é quem aprova todos os planos destinados ao cumprimento dos objetivos fundadores e

^{XVIII} Alonso Fernández, Martín. Analisis de los Polos de Emprendimiento de la Euroregión Galiza-Norte de Portugal. Trabalho de fin de Master.

os orçamentos anuais, tanto os gerais como os pontuais de cada programa; enquanto a Comissão executiva, apesar do seu nome, é mais um órgão gestor com a competência de iniciativa planificadora e orçamental. Quanto ao Presidente, prevê-se a sua eleição por cooptassem (não sei o significado) na Comissão Executiva, por mandatos de dois anos, prorrogáveis indefinidamente se bem, a partir do segundo mandato, só por um ano; é o órgão de representação e de governo, responsável por executar os acordos da Comissão Executiva, e ainda de arrastar com ele a sede itinerante do Eixo Atlântico. O Vice - presidente está concebido como substituto do Presidente sem competências próprias e só as delegadas pelo Presidente.

Em 1995 produz-se a primeira ampliação do Eixo Atlântico com a incorporação de duas vilas galegas: Vilagarcía de Arousa e Monforte de Lemos, depois de decorrer um ano com o perceptivo estatuto de observador. Na reforma estatutária de 1997, feita para acomodar o processo de ampliação das cidades integrantes do Eixo Atlântico, com a incorporação de três novos associados portugueses: Vila Nova da Gaia, Guimarães e Peso da Régua, a estrutura institucional faz-se mais complexa e ao mesmo tempo mais funcional.

Em 2002 os vigentes estatutos oferecem como principal novidade organizativa a instituição do órgão da Secretaria-Geral, com um Secretário-Geral com amplas funções de gestão, incluídas: as de coordenação das duas sedes permanentes do Eixo, estabelecidas nas Cidades do Porto e de Vigo; subscrever em nome do Eixo Atlântico contratos de todo o tipo e, a contratação do pessoal laboral e todas aquelas funções que o Presidente e a

Comissão Executiva deleguem nele. Junto com a Secretaria-Geral o outro órgão reforçado foi a Presidência que, explicitamente, obriga à assinatura de todos os membros do Eixo Atlântico. Finalmente, deslindasse entre Comissões Delegadas, integradas por um vereador de cada cidade e portanto com verdadeira capacidade política, e as Comissões Técnicas, integradas por técnicos na matéria e coordenados pelo Secretário-Geral.

A etapa inicial (1992-1995) começa com dificuldades externas e internas e algumas prioridades. As dificuldades externas são fruto das suspeitas que o processo de cooperação transfronteiriça acorda nos governos de Madrid e, sobretudo de Lisboa, muito preocupado com as propostas de regionalização defendidas em alguns sectores do PS, designadamente do Presidente da Câmara de Porto, Fernando Gomes, que chega a afirmá-lo em 1995.

“Esta é uma associação que as autoridades espanholas sempre viram com bons olhos, - falou Fernando Gomes- enquanto que as portuguesas sempre a viram com receios. É a diferença entre um país descentralizado e um que não o está, e centralista como Portugal. Quer da Junta, quer do Governo de Espanha, sempre obtivemos grandes mostras de agrado, uma grande abertura, enquanto que em Portugal a manifestação desse agrado limitou-se à intervenção do Presidente da República, Dr. Mário Soares, na reunião de Viana. Tanto o Governo, como as autoridades regionais, que em Portugal não são democráticas, viram com receio a associação. Hoje felizmente tudo isto está mudando com as mudanças políticas em Portugal.

Sem embargo quem apoiou a iniciativa, como fica indicado, foi o Presidente da República, Mário Soares, que assiste ao ato formal fundacional, celebrado em Viana do Castelo a 28 de setembro de 1992. As dificuldades internas tiveram muito que ver com a atitude pouco participativa da Corunha, escassamente interessada num projecto ao que não concedia grande importância como captador de recursos e que, em todo o caso, de sair bem, consolidaria a Porto-Vigo como motor da Euro-região em detrimento da urbe herculina. Fernando Gomes é também muito claro a respeito, no Conselho Deliberativo de Vigo, quando confirma que “um problema a acrescentar era a não participação da Corunha nas reuniões e iniciativas”, o que lastrava os temas. Afortunadamente a reafirmação do socialista Paco Vázquez – Alcalde de A Corunha na época - na sua visita a Vigo, permite relançar os projetos. Neste senso a ação diplomática do presidente da Câmara de Vigo, permitiu dar saída a uma situação que aconselhava inclusive reformular a permanência de algumas cidades dada a sua falta de participação.

As prioridades ficaram fixadas na primeira Assembleia do Eixo Atlântico, celebrada em Ourense a 20 de novembro de 1992, em oito questões: solicitar a construção e melhoria de grandes infra-estruturas viárias, tanto de estradas como de ferrocarril; promover a redefinição da estratégia de transporte de mercadorias numa perspectiva multimodal; constituir Parques de Ciência e Tecnologia vinculados às Universidades; incentivar as iniciativas de cooperação Universidades-Empresas-Câmaras municipais; estimular a criação de Centros de Negócios e de Centros de Informação de Mercados Exteriores; promover e apoiar ações de recuperação e reabilitação do Património Histórico e Cultural; impulsionar a realização de estudos de base para

confecionar um plano estratégico; facilitar a livre circulação de mercadorias e pessoas mediante a construção de pontes sobre o Minho, citando-se as de Melgaço-Arbo e Vila Nova de Cerveira-Tomiño.

Capítulo 9 – A AECT GALIZA – Norte de Portugal

Em setembro de 2008, teve lugar em Santiago de Compostela a assinatura do “Convénio de Cooperação Territorial Europeia (CCTE) entre a Junta da Galiza e a CCDR-N”, representadas respetivamente por Emilio Pérez Touriño e Carlos Cardoso Lage, em virtude da qual se constituiu a GNP-AECT. Enquanto a CT tem o seu fundamento jurídico no “Tratado Hispano-Luso de Cooperação Transfronteiriza”, a GNP-AECT fundamenta-se no Regulamento 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial . Nessa mesma data, foram aprovados os estatutos que passaram a reger o funcionamento da GNP-AECT.

O CCTE, na sua cláusula II, faz referência ao estabelecido no artigo 1.2 do Regulamento AECT, o qual fixa que a AECT terá por objetivo facilitar e fomentar a cooperação territorial (transfronteiriça, transnacional ou inter-regional) entre os membros, com o fim de reforçar a coesão económica e social.

A denominação oficial da AECT será a Galiza-Norte de Portugal, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (abreviadamente, GNP-AECT).

A GNP-AECT, que tem o seu domicílio social em Vigo, dispõe de personalidade jurídica e goza da mais ampla capacidade jurídica de atuação nos respetivos estados (Cláusula III CCTE). Constitui-se com uma duração indeterminada e pode ser dissolvida

unilateralmente a instância de qualquer dos dois membros, desde que com aviso prévio realizado com antecedência de seis meses.

Conta com pessoal a tempo completo e uma direção conjunta (inicialmente, o diretor foi português: Elvira Pacheco Vieira e o secretário-subdirector, galego: Juan Lirón Lago). Dispõe de um orçamento próprio proporcionado pelas contribuições (estas podem ser de três tipos: iniciais, ordinárias anuais e extraordinárias) da Junta e da CCDR-N realizadas a partes iguais.

Por conseguinte, desde a criação da GNP-AECT, convivem duas entidades da cooperação transfronteiriça: de um lado a CT, que se configura como órgão político, e, do outro, a GNP-AECT, que atuará como braço impulsionador dos projetos cooperativos financiados com fundos próprios ou captados.

Com respeito ao modelo de cooperação iniciado em 1991, a mudança é significativa. Até agora, todos os projetos comuns deviam ser validados pelos respetivos governos centrais da cada país, e em cada território se executavam e se geriam de forma independente. Posteriormente, os programas poderão ser definidos, apresentados ante Bruxelas e geridos diretamente pela GNP-AECT, já que tem personalidade jurídica e administrativa, contará com pessoal próprio e terá capacidade para licitar, contratar e realizar obras públicas, expropriar, gerir em comum equipamentos e desenvolver serviços de interesse geral. Nos próximos anos, a atividade está orientada à execução do Plano de Cooperação Galiza-Norte de Portugal.

No artigo 2 dos estatutos, estabelece-se que a AECT disporá dos seguintes órgãos de governo:

Assembleia,

Diretor,

Secretário-subdirector

Conselho Superior.

A Assembleia está composta, segundo o artigo 3 dos estatutos, por quatro representantes da Junta da Galiza e quatro da CCDR-N, designados discrecionalmente pelos respetivos presidentes e seleccionados entre autoridades e servidores públicos. Poderão ser cessados de igual forma (art. 4 dos estatutos).

O voto de cada representação terá idêntico peso e será indivisível.

A Assembleia, cuja presidência cabe ao diretor, com voz mas sem voto (art. 5 dos estatutos), poderá deliberar e adotar acordos de conformidade com os princípios de paridade e consenso (art. 6 dos estatutos), entendendo-se que existe quórum se estiver presente um representante de cada um dos membros (art. 7.4 dos estatutos). As suas reuniões terão carácter ordinário (pelo menos trimestral) ou extraordinário e urgente (art. 7 dos estatutos).

Finalmente, o artigo 8 recolhe as suas concorrências, entre as que destacam:

- aprovação do programa anual de atividades,
- aprovação do orçamento anual,
- aprovação da estrutura orgânica,
- aprovação de tarifas, taxas, encargos, cânones ou preços,
- imposição de sanções disciplinares,
- autorização prévia de assinatura de convenções de colaboração ou cooperação,
- autorização prévia de operações de empréstimo ou crédito, etc.

Em relação ao diretor, refere-se que será designado de mútuo acordo entre os presidentes da Junta e a CCDR-N por um período bienal, deverá ser de nacionalidade diferente à do secretário-subdirector e à do imediato diretor saliente (art. 9 dos estatutos). Entres as suas faculdades contam-se, além da representação da GNP-AECT, a convocação (com fixação da ordem do dia), a presidência e direção das sessões da Assembleia, a proposição de projetos de regulamentos, acordos e atos à Assembleia, a decisão sobre a interposição de ações judiciais, o exercício da chefia de pessoal, etc.

O diretor atuará auxiliado pelo secretário-subdirector. Este será designado de acordo com a fórmula prevista no artigo 12 dos estatutos e com semelhantes requisitos relativos à nacionalidade. Além da já referida, são faculdades deste órgão o arquivo e a conservação da documentação oficial ou juridicamente válida da GNP-AECT, a atuação como secretário de atas da Assembleia e do Conselho Superior, entre outras (art. 13 dos estatutos).

Finalmente, a GNP-AECT conta com o denominado Conselho Superior, órgão formado pelos coordenadores gerais da CT em representação da Junta e a CCDR-N (art. 14 dos estatutos). São, pois, o vínculo orgânico entre a GNP-AECT e as máximas instâncias políticas regionais. Corresponde-lhe ditar as diretrizes estratégicas e exercer a alta superintendência da GNP-AECT consensualmente, bem como designar à sua auditor externo e independente (art. 15 dos estatutos).

Quanto à tomada de decisões, estas serão adotadas dentro do respeito à concorrência de cada um dos órgãos, aos procedimentos e formalidades já descritos; os órgãos coletivos seguirão os princípios de consenso e paridade, enquanto os individuais atuarão a baixo critério responsável e individual dos seus respetivos titulares (art. 16 dos estatutos). Com respeito ao regime linguístico, serão línguas de trabalho o português, o galego e o castelhano.

Após a regulação da parte orgânica, os estatutos contêm epígrafes tais como: Gestão do pessoal, condições de contratação, natureza dos contratos do pessoal (subsecções D.1, D.2 e D.3), regime financeiro (secção E), contribuição financeira (subsecção E.1), normas orçamentais, contabilísticas e questões financeiras (subsecção E.2), modalidades de responsabilidade dos membros (secção F), auditoria (secção G), modificação dos estatutos (secção H) ou do regime jurídico (capítulo III) e, finalmente, dissolução (capítulo IV).

O professor Celso Cancela Outeda, da Área de Ciencia Política e da Administração da Universidade de Vigo, afirma que GNP-AECT tem um grande valor político simbólico porque mostra a vontade política por parte das entidades implicadas para cooperar e constitui uma manifestação de confiança e de conceção da cooperação territorial como uma oportunidade.

Existe a plena convicção da utilidade deste instrumento para atenuar as consequências negativas do facto fronteiroço aproveitar o potencial euro regional e posicionar à Euro-região no contexto europeu e peninsular para converte-lo num um espaço atraente, competitivo, inovador e de crescimento que aumente a coesão económica e social.

Mas isto contrasta com as atuais dinâmicas políticas e económicas dos desequilíbrios e as desigualdades inter territoriais.

Ao dotar a GNP-AECT de personalidade jurídica contribui-se para a estabilidade institucional, e para uma maior maturidade e solidez das iniciativas cooperativas e estratégicas.

Mas, a GNP- AECT como novo instrumento de direito público, precisa de apoio político porque sem apoio, às entidades de gestão da cooperação, a sua capacidade de influência para a captação de fundos públicos e privados é escassa e pode condená-las ao desaparecimento. Diante do horizonte de 2013, data em que os fundos comunitários

desaparecerão ou reduzirão sensivelmente, a cooperação territorial será submetida à sua prova de fogo particular.

Capítulo 10 – Sobre a Economia, mobilidade e integração da Euro-região Galiza – Norte de Portugal

a-) A população

A população da Euro-região Galiza Norte de Portugal era de 6,5 milhões de habitantes no ano 2010. O total da superfície da Euro-região está perto dos 51.000 quilômetros quadrados. A Euro-região representa um expressivo potencial de mercado, cujo perfil de população residente evidência uma média de idade relativamente baixa.

GRÁFICO 1.- POPULAÇÃO DA EUROREGIÃO GALIZA NORTE DE PORTUGAL

	POPULAÇÃO RESIDENTE	%	DENSIDADE POPULACIONAL
GALIZA	2.795.422	43.1 %	94.5
NORTE DE PORTUGAL	3.689.609	56.9 %	173.4
TOTAL	6.485.031	100 %	



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS - 2011

Geograficamente, encontra-se na periferia dos centros de poder e decisão da Espanha e de Portugal.

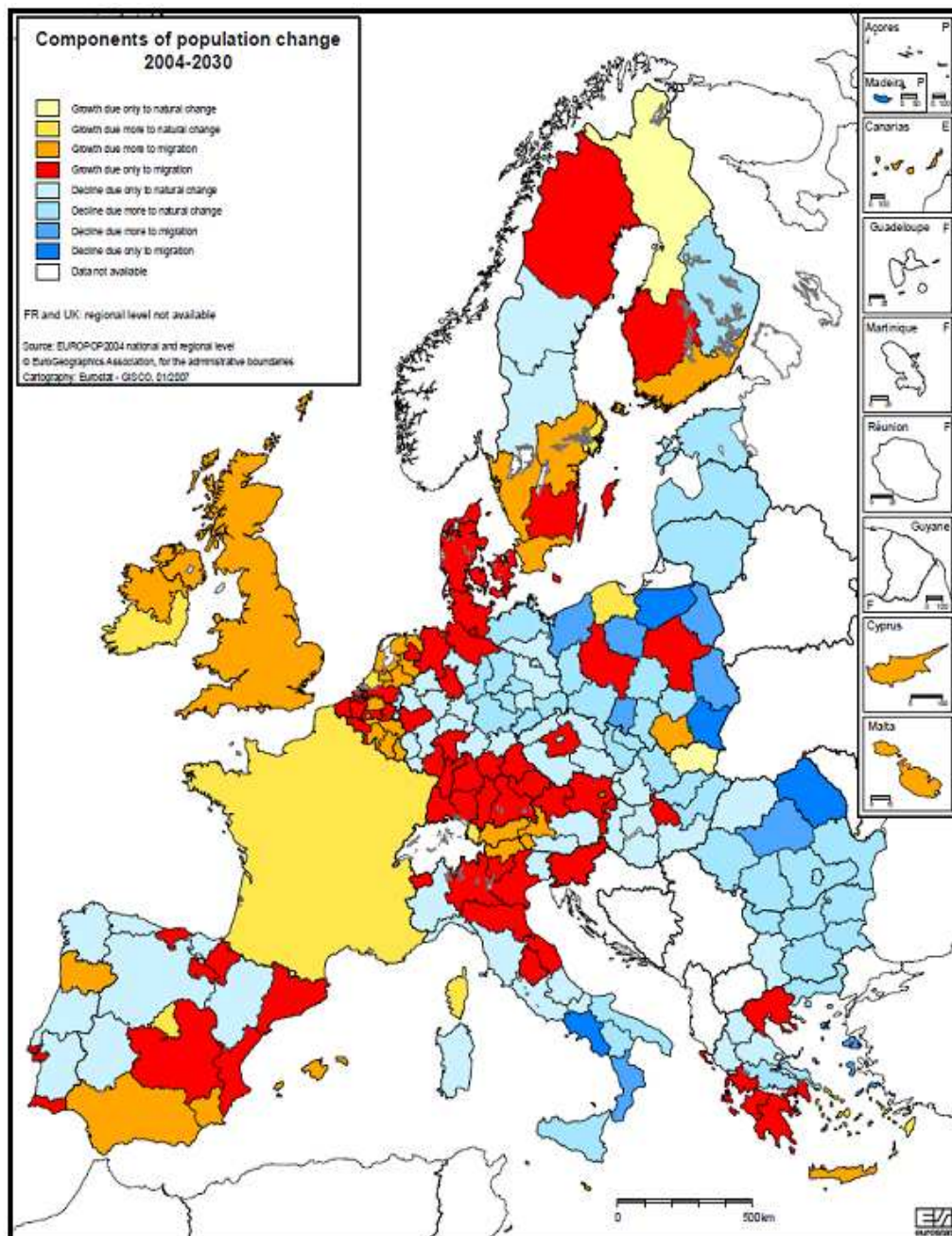
A Galiza apresenta uma maior dispersão populacional com 94,6 habitantes por quilómetro quadrado, enquanto na Região Norte a densidade de população é de 176 habitantes por quilómetro quadrado. Nas duas regiões toda a zona atlântica apresenta densidades superiores às áreas mais orientais.

A Galiza caracteriza-se por uma população envelhecida. Em 2010, 22,2% da população tinha 65 ou mais anos, face aos 15,8% dos residentes na Região Norte de Portugal.

O índice de idosos mostra-nos que na Galiza residem 193 pessoas de 65 ou mais anos por cada 100 jovens menores de 15 anos. Para a Região Norte a relação é de 103 maiores de 65 ou mais anos pela cada 100 menores de 15.

O elevado número de idosos da população galega é uma das causas de que na Galiza as prestações pagas à segurança social não cobrem o volume de prestações cobradas. De fato, segundo as contas de distribuição do rendimento das famílias por municípios em 2000-2009, elaboradas pelo IGE, em 2009 as prestações sociais pagas pelas famílias na Galiza representam 79,9% das prestações sociais recebidas.

FIGURA 4- Cambio Populacional na Europa



FONTE: EUROSTAT. 2011

b-) Mercado de trabalho

Pouco mais de 5,5 milhões de pessoas constituíam, em 2010, a população em idade laboral da Euroregião, das quais 3,3 milhões se classificam como ativas, o que situa a taxa de atividade no 59,2%. Há que ter em conta que a idade mínima legal para incorporar ao mercado laboral é de 15 anos em Portugal e de 16 em Espanha.

As diferenças na estrutura por idades da população galega e do Norte de Portugal condicionam que a taxa de atividade no Norte seja significativamente maior que na Galiza: 62,6% em frente a 54,6%.

Tradicionalmente, a Galiza apresenta taxas de desemprego maiores que a Região Norte de Portugal, embora, até 2006, se vinha observando uma aproximação provocada pela queda na taxa de desemprego na Galiza e pelo incremento na Região Norte. Nos anos 2006 e 2007 a taxa de desemprego na Região Norte supera a registada na Galiza, mas em 2008, coincidindo com o começo da crise económica, volta a produzir-se uma diferença porque na Galiza o incremento é superior ao da Região Norte de Portugal.

TABELA 1.- DESEMPREGO NA EURORREXION GALIZA – NORTE DE PORTUGAL

Ano	Trimestre	Rexión Norte	Galicia
2009	I	10,1%	12,2%
2009	II	10,5%	12,9%
2009	III	11,6%	12,4%
2009	IV	11,9%	12,9%
2010	I	12,5%	15,5%
2010	II	12,2%	15,6%
2010	III	13,2%	14,9%
2010	IV	12,7%	15,7%
2011	I	12,8%	17,3%
2011	II	12,6%	16,8%
2011	III	12,7%	17,3%
2011	IV	14,1%	18,3%

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA DE PORTUGAL E INSTITUTO NACIONAL DE ESPAÑA

No que diz respeito à população ocupada, também se observam diferenças estruturais na classificação por setor de atividade económica.

O setor dos serviços é o que conta com um maior peso nas duas regiões, mas em percentagens diferentes: 67% dos ocupados galegos trabalham neste setor, face a 52,3% dos trabalhadores da Região Norte.

TABELA 2.- POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO DE RAMO DE ACTIVIDADE. ANO 2010

	Total	Agricultura, silvicultura e pesca CAE: A	Indústria CAE: B - E	Construção CAE: F	Serviços CAE: G - U
Portugal	4.978,2	542,2	895,0	482,4	3.058,5
Norte	1.732,9	201,6	444,8	180,6	905,9
España	18.456,5	793,0	2.610,5	1.650,8	13.402,2
Galicia	1.100,7	86,6	171,6	105,2	737,2
A Coruña	474,2	26,8	66,6	47,9	332,9
Lugo	140,9	28,6	14,8	14,2	83,3
Ourense	115,7	8,8	17,7	12,4	76,7
Pontevedra	369,9	22,4	72,6	30,6	244,3

FONTE: ANUARIO ESTADISTICO DE GALIZA – NORTE DE PORTUGAL.2011. UNIDADE: MILHOES EUROS.

Em contraposição, a indústria tem uma maior importância na Região Norte, ocupando 25% dos trabalhadores. Além disso, esta região conta com o dobro de empresas dedicadas à indústria manufatureira em relação à Galiza. Neste ponto cabe destacar a importância da indústria têxtil e produção de vestuário, que é a atividade principal de 10.253 empresas do Norte de Portugal e que ocupa cerca de 123.000 trabalhadores. Na Galiza a percentagem de ocupados na indústria é de 15,6%.

Em relação ao setor primário os dados referem 11,6% dos ocupados da Região Norte de Portugal e de 7,9% da Galiza.

c-) Comercio Intracomunitário

No ano 2010, Galiza exportou com destino a UE-27 (excluindo o resto de Espanha) mercadorias por valor de 11.314 milhões de euros, enquanto o valor das mercadorias introduzidas foi de 7.364 milhões. Como resultado, a balança comercial com a UE-27 apresenta um superávit de 3.950 milhões de euros. França e Portugal são os principais destinos das mercadorias exportadas pela Galiza, aproximadamente 63% das exportações com origem na Galiza têm como destino um destes países.

Os produtos mais exportados, atendendo às secções alfandegárias da classificação TARIC, são: o material de transporte (37,9% do valor total das expedições), as matérias têxteis e as suas manufacturas (18,6%) e animais vivos e produtos do reino animal (9,3%).

No que diz respeito às importações, os principais fornecedores da Galiza coincidem com os seus principais clientes: França (34,5%) e Portugal (21,3%). Os produtos mais importados são o material de transporte (31,2%) e os metais comuns e as suas manufacturas (14,1%).

Na Região Norte de Portugal, o valor das expedições com destino a UE-27 (excluindo o resto de Portugal) superou em 1.783 milhões de euros o valor das importações.

TABELA 3 .- COMÉRCIO INTRACOMUNITÁRIO: EXPEDIÇÕES POR PAÍS DE DESTINO E CHEGADAS POR PAÍS DE ORIGEM. ANO 2010

Unidade: Milhões de euros	Norte		Galícia	
	Chegadas	Expedições	Chegadas	Expedições
Total	8.791,7	10.574,2	7.363,9	11.314,4
Alemanha / Alemanha	1.372,1	1703,9	655,5	536,3
Austria / Áustria	91,9	94,2	45,7	59,4
Bélgica / Bélgica	414,5	443,2	151,1	292,4
Bulgária / Bulgária	5,9	7,6	34,7	23,0
Chipre / Chipre	0,3	6,9	0,7	147,1
Dinamarca / Dinamarca	79,6	133,5	132,0	51,4
Eslováquia / Eslováquia	27,2	40,6	32,5	15,6
Eslovenia / Eslovénia	9,4	9,2	5,5	38,3
Espanha / Espanha	3.819,5	3.564,2	..	-
Estonia / Estónia	3,1	7,0	5,3	10,0
Finlândia / Finlândia	29,9	46,4	82,3	31,3
Francia / França	711,3	2.080,2	2.542,0	4.846,3
Grecia / Grécia	22,1	40,0	6,5	261,9
Hungria / Hungria	23,5	32,1	8,6	54,8
Irlanda / Irlanda	19,8	49,5	70,0	70,2
Italia / Itália	883,9	485,8	544,3	1.139,8
Letonia / Letónia	1,7	1,9	1,7	10,7
Lituania / Lituânia	8,0	5,7	10,9	18,5
Luxemburgo / Luxemburgo	6,2	12,7	26,8	16,4
Malta / Malta	5,7	4,5	5,2	13,3
Países Baixos / Países Baixos	584,6	453,9	209,5	473,5
Polonia / Polónia	43,0	126,6	78,1	216,1
Portugal / Portugal	1.571,1	2.264,0
Reino Unido / Reino Unido	423,8	892,6	676,1	493,6
República Checa / República Checa	51,9	105,2	57,5	36,0
Romania / Roménia	9,7	65,7	65,5	86,0
Suecia / Suécia	142,8	160,9	305,4	65,0

FONTE: ANUARIO ESTADISTICO GALIZA NORTE DE PORTUGAL 2011.

A importância da indústria têxtil na Região Norte de Portugal também se pode deduzir dos dados de comércio intracomunitário. Em 2010, 21,7% do valor das mercadorias exportadas pela Região Norte e com destino a UE-27 eram matérias têxteis e

as suas manufacturas. Os produtos exportados por esta região têm como destino principal Espanha (33,7%) e França (19,7%).

No que se refere às importações (com origem em algum país comunitário), o Norte de Portugal importa máquinas, aparelhos e material elétrico (21,2% do valor total das importações) e metais comuns e suas manufacturas (14,9%). Espanha é o principal fornecedor da Região Norte, já que 43,4% das mercadorias introduzidas por esta região tem proveniência no país vizinho.

d-) Contas regionais

TABELA 4.- PRODUTO INTERNO BRUTO

Produto Interno Bruto, por NUTS III													
	PIB (milhões de euros)					PIB per capita (milhares de euros)					PIB per capita (unidades padrão de poder de compra; índice 100 = UE27)		
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008
Portugal	160.855	169.319	171.983	168.504	172.571	15,2	16,0	16,2	15,8	16,2	79	78	78
Norte	44.593	47.385	48.488	47.205	48.542	11,9	12,7	13,0	12,6	13,0	62	62	62
Minho-Lima	2.465	2.540	2.637	2.684	2.777	9,8	10,1	10,5	10,7	11,1	51	50	50
Cávado	4.634	4.940	5.151	5.070	5.227	11,3	12,0	12,5	12,3	12,6	59	59	59
Ave	5.635	6.002	6.137	5.924	6.118	10,8	11,5	11,7	11,3	11,7	56	56	56
Grande Porto	19.731	21.087	21.453	20.579	21.059	15,4	16,5	16,7	16,0	16,4	80	81	82
Tâmega	4.540	4.853	4.933	4.882	5.047	8,1	8,7	8,8	8,7	9,0	42	43	42
Entre Douro e Vouga	3.487	3.712	3.704	3.560	3.661	12,2	12,9	12,9	12,3	12,7	63	64	62
Douro	1.987	2.052	2.157	2.192	2.272	9,3	9,6	10,2	10,5	11,0	48	47	46
Alto Trás-os-Montes	2.115	2.199	2.315	2.316	2.380	9,7	10,1	10,8	10,9	11,3	50	50	48
Espanha	985.547	1.053.161	1.087.749	1.047.831	1.051.342	22,4	23,5	23,9	22,8	22,8	104	105	103
Galícia	52.279	56.183	57.971	56.602	57.393	19,2	20,6	21,2	20,7	21,0	87	89	89

FONTE: ANUARIO ESTADISTICO GALIZA – NORTE DE PORTUGAL. 2011

O produto interno bruto gerado pela economia galega no ano de 2010 atingiu os 57.393 milhões de euros, o que supõe um PIB per capita a preços correntes de

aproximadamente 21.000 euros. Neste ano, o PIB cresceu na Galiza 0,1% em relação ao ano anterior em termos de índices de volume, o que supõe uma melhoria importante relativamente a 2009, ano em que o PIB registou uma queda de 3,1%.

Na Região Norte, o PIB para 2010 estima-se em 48.542 milhões de euros e o PIB per capita a preços correntes em 13.000 euros (oito mil euros menos que na Galiza). O crescimento do PIB medido em índices de volume foi, neste ano, de 1,4% (1,3% mais que na Galiza). Em comparação com a União Europeia dos 27, o PIB por habitante na Galiza medido em paridades de poder de compra é, no ano 2008, cerca de 11% inferior à média da UE-27. Para a Região Norte, o PIB per capita corrigido pelas paridades de poder de compra foi de 62%.

Desde a perspectiva da oferta, na estrutura do valor acrescentado bruto (VAB) por setores de atividade económica, o setor agrário e pesca tem um maior peso na Galiza que na Região Norte de Portugal (4,4% frente a 1,6%), enquanto a contribuição da indústria é maior na Região Norte (23,4% na Região Norte e 17,1% na Galiza). O setor da construção contribui 11,1% do VAB galego e 7,6% do da Região Norte.

Por último, a importância do conjunto no setor serviços é muito similar nas duas regiões, embora na Região Norte tenha maior peso nos serviços de não mercado que na Galiza.

e-) Indústria e energia

No ano 2009, as empresas industriais e energéticas (seccões B, C, D e E da CNAE-2009) ocupam na Galiza a 152.155 pessoas e geram um volume de negócios de 33.376 milhões de euros (custo líquido). Por sua vez, na Região Norte de Portugal, o número de trabalhadores ocupados nos dois setores é de 380.972 (cerca de 230.000 pessoas mais que na Galiza) mas o volume de negócios é de menos 5.535 milhões de euros. Em relação às despesas, o valor dedicado a despesas de pessoal supõe na Galiza 13,8% do total de despesas de exploração, mas na Região Norte esta percentagem atinge o 17,8%.

Os agrupamentos de atividade com maior contribuição no total do volume de negócios do setor industrial foram para a Galiza: a metalurgia, fabrico de produtos metálicos, material e equipamento elétrico, eletrónico e óptico, maquinaria e equipamento mecânico e material de transporte (38,5%), a alimentação, bebidas e tabaco (20,1%) e as indústrias extractivas, energia, água e resíduos (17,8%). Na Região Norte de Portugal destacam-se, na metalurgia, fabrico de produtos metálicos, material e equipamento elétrico, eletrónico e óptico, maquinaria e equipamento mecânica e material de transporte (30%), a indústria têxtil e confeção de vestuário (16,2%) e a indústria de alimentação, bebidas e tabaco (14,2%).

f-) O setor turístico

Um total de 2.843 estabelecimentos (incluindo estabelecimentos hoteleiros, de turismo rural, acampamentos e apartamentos turísticos) formam a oferta turística da Comunidade Autónoma da Galiza e põem ao dispor dos visitantes um total de 88.413 lugares. Em 2010, um total de 4.284.082 visitantes alojaram-se nestes estabelecimentos (11,6% mais que no ano anterior), dos quais cerca de três milhões em hotéis. Neste tipo de estabelecimentos o grau de ocupação chegou ao 39,5%, produzindo-se uma recuperação de 4% relativamente ao grau de ocupação registado no ano 2009.

No que diz respeito à origem dos turistas, oito em cada dez turistas que em 2010 visitaram a Galiza e se alojaram em estabelecimentos hoteleiros tinham proveniência de Espanha. A percentagem de turistas com proveniência em Portugal fixou-se em 4,6% .

Por outro lado, na Região Norte de Portugal, a oferta turística era constituída, à data, por 441 estabelecimentos, dos quais mais da metade são pensões. O número de visitantes que em 2010 se alojaram em algum estabelecimento de turismo da Região Norte cresceu 3,2% em relação ao ano anterior situando-se em 2.545.911. Do total de turistas, cerca de 1.800.000 escolheram os hotéis como forma de hospedagem. Nesta tipologia de estabelecimentos, o grau de ocupação chegou aos 35,8% em 2010.

Os turistas que escolhem a Região Norte de Portugal como destino de férias procede, na sua maior parte, da UE-27, mais concretamente 63,3% reside em Espanha.

g-) Indicadores sociais

Para completar a análise descritiva da situação da Euro-região Galiza-Norte de Portugal,

inclui-se no anuario uma série de Tabelas com informação sobre previdência, abrangência da Segurança Social, educação, cultura e meio ambiente.

A Galiza apresenta melhores indicadores de saúde que a Região Norte de Portugal. Por exemplo, no ano 2009, no que se refere à dotação sanitária, na Galiza os estabelecimentos sanitários com regime de internamento dispõem de 3,6 camas por cada mil habitantes, enquanto na Região Norte de Portugal o ratio é de 2,9 camas por cada mil habitantes. No que diz respeito ao número de médicos, a Galiza conta com 4,5 médicos por cada mil habitantes face aos 3,5 da Região Norte.

A melhoria de condições sanitárias influenciam, por sua vez, as condições e estado de saúde dos habitantes de uma determinada área geográfica. A esperança de vida é um

indicador que permite realizar comparações sobre a mortalidade e as condições de saúde em diferentes populações. Na Galiza a esperança de vida de uma pessoa no momento do nascimento é de 81,7 anos, 2,44 anos em media mais que na Região Norte de Portugal.

Em relação aos indicadores educativos, nesta edição do anuario acrescentaram-se dois indicadores que o Eurostat elabora para o seguimento dos objetivos da estratégia

Europa 2020: o abandono escolar e o número de pessoas no grupo etário dos 30 a 34 anos com educação superior.

TABELA 5.- ALUNOS MATRICULADOS

Alunos matriculados, segundo o grau de ensino, em Portugal e na região Norte

Unidade: Número

	2009/2010			
	Ensino pré-escolar	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
Portugal	274.387	1.256.462	483.982	383.627
Norte	95.549	467.835	178.350	120.835
Minho-Lima	5.988	27.782	12.140	4.072
Cávado	12.392	54.992	21.728	19.891
Ave	13.354	66.513	23.184	4.264
Grande Porto	32.483	155.546	64.437	71.529
Tâmega	14.587	81.526	24.503	3.668
Entre Douro e Vouga	7.362	35.847	13.139	1.187
Douro	5.264	24.472	10.094	8.184
Alto Trás-os-Montes	4.119	21.157	9.125	8.040

Alunos matriculados no ensino superior

	2009-2010	
	Prémios e diplomas	Grãos
Espanha	1.200.763	203.352
Galícia	55.288	9.412
Universidade da Coruña (A Coruña + Ferrol)	15.808	3.482
Universidade de Santiago (Santiago + Lugo)	22.814	3.132
Universidade de Vigo (Vigo + Ourense + Pontevedra)	16.666	2.798

Alunos matriculados, segundo o grau de ensino, em Espanha e na Galiza

Alunos matriculados, segundo o grau de ensino

	2009-2010		
	Ensino pré-escolar	Ensino básico	Ensino secundário
Espanha	1.421.062	4.495.188	1.260.230
Galícia	65.173	217.624	74.822
A Coruña	27.466	88.344	32.783
Lugo	6.383	23.075	8.414
Ourense	6.120	21.991	7.088
Pontevedra	25.204	84.214	26.537

FONTE: ANUARIO ESTADISTICO GALIZA – NORTE DE PORTUGAL. 2011

O precoce abandono escolar define-se como a percentagem de jovens dentre 18 e 24 anos (ambos inclusive) que não completou o nível de educação secundária e não segue nenhum tipo de formação. Em 2010, esta percentagem é de 23,1% na Galiza, 7,8% menos que na Região Norte. A crise económica está a levar a que esta taxa diminua nas duas regiões que compõem a Euroregião, devido à dificuldade que os jovens sem

qualificação encontram para entrar no mercado trabalho, muitos optam por continuar a sua formação.

Cerca de 43,7% da população adulta galega dentre 30 e 34 anos conta com estudos superiores. Na Região Norte esta percentagem reduz-se a menos de metade (19,4%). Durante o ano 2010 o Instituto Nacional da Segurança Social pagou na Galiza cerca de 6.700 milhões de euros em pensões contributivas. Deste valor 68,6% destinou-se ao pagamento de pensões de aposentação, 18,6% a pensões de viuvez, 10,8% a incapacidades permanentes e os restantes 2% a pagar pensões de orfandade e favores familiares.

O custo pago pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social em pensões na Região Norte, foi de 4.265 milhões de euros em 2010. Destes 75% destinaram-se a pagar pensões de aposentação.

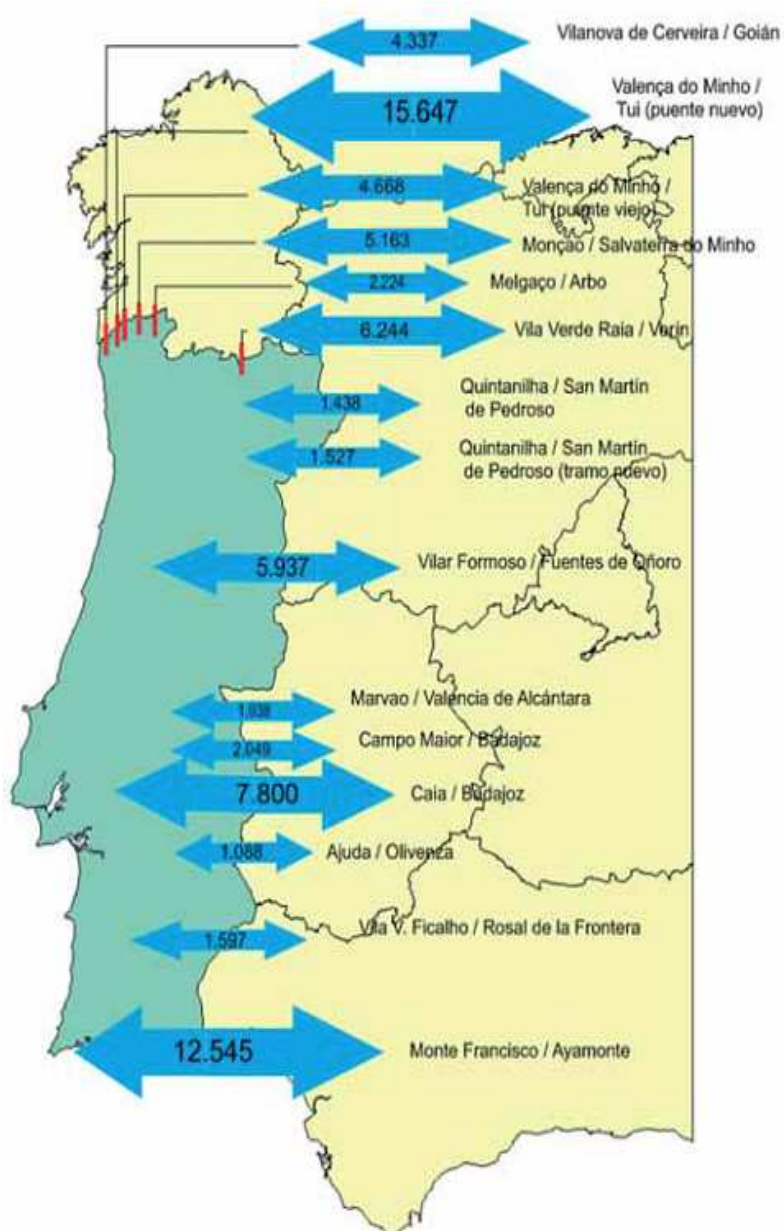
H-) Mobilidade na Euro-região

Com respeito à mobilidade na Euro-região, cabe destacar que os intercâmbios entre Galiza e o Norte de Portugal, representam em alguns momentos do ano mais de 50% do total dos intercâmbios que se produzem entre Espanha e Portugal.

No que se refere a portugueses trabalhando na Galiza, nos últimos anos registou-se uma descida considerável, por causa da crise econômica. Regista-se, no entanto, que

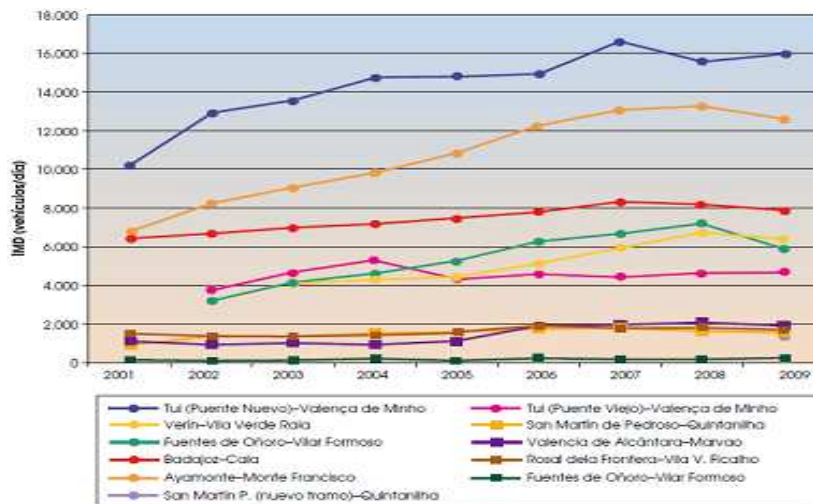
esta descida é menos expressiva quando comparada com a contratação de pessoas de outras nacionalidades, já que a portuguesa é a nacionalidade mais numerosa na Galiza e a mais largamente representada no mundo laboral.

FIGURA 5.- VIATURAS LIGEIRAS NOS PRINCIPAIS PONTOS FRONTEIRIÇOS



FONTE: MINISTERIO DE FOMENTO DA ESPANHA. DG DE CARRETERAS DE ESPANHA. 2009

GRÁFICO 2.- EVOLUÇÃO DA IMD CONJUNTA DE CARROS E AUTOCARROS NOS PRINCIPAIS PONTOS DE FRONTEIRAS



FONTE: MINISTERIO DE FOMENTO DA ESPANHA. DG DE CARRETERAS DE ESPANHA. 2009

Em geral, as pessoas que se deslocam para trabalhar numa ou outra região da Euro-região são pessoas com idades compreendidas entre os 25 a 40 anos.

TABELA 6- CONTRATOS LABORAIS A ESTRANGEIROS NA GALIZA

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	4.310	5.765	8.764	11.673	16.626	20.644	18.699	13.156	10.425	8.598
Colombia	1.888	1.997	2.789	3.751	4.966	5.683	5.660	4.767	4.897	4.183
Romania	210	278	486	1.239	1.779	2.698	3.121	3.559	3.853	3.582
Brasil	360	441	657	1.376	1.932	2.888	3.708	3.501	3.449	3.257
Perú	381	649	1.175	1.529	2.061	2.570	3.614	3.462	3.156	2.673
Marrocos	1.284	1.391	1.658	2.248	3.005	3.103	3.710	3.032	2.832	2.704
Arxentina	1.214	2.062	2.426	3.108	3.164	3.096	2.832	2.152	1.965	1.627
Uruguai	473	843	1.348	2.037	2.525	2.611	2.462	1.993	1.910	1.570
Rep. Dominicana	289	357	551	690	1.006	1.502	1.914	1.782	1.818	1.863
Cuba	1.179	1.001	1.137	1.149	1.628	1.643	1.795	1.688	1.714	1.618

FONTE: CONSELLERIA DE TRABALLO E BENESTAR. JUNTA DE GALIZA.

TABELA 7.- POPULAÇÃO PORTUGUESA, POR SEXO E PROVINCIA, RESIDENTE NA GALIZA. 2011.

Sexo	Total	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
Homes	13.960	2.493	1.381	4.373	5.713
Mulleres	8.050	1.530	784	2.585	3.151
Total	22.010	4.023	2.165	6.958	8.864

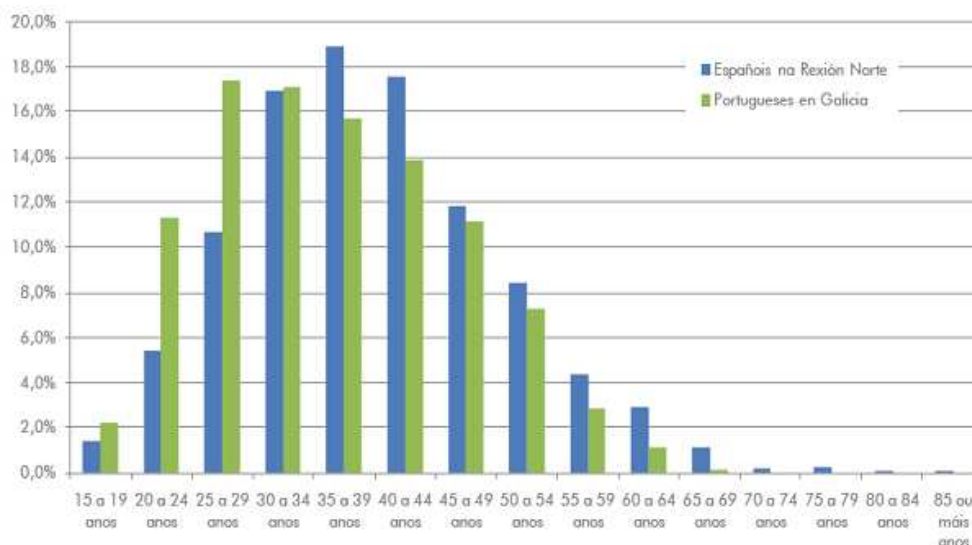
FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA DE ESPANHA.

TABELA 8.- POPULAÇÃO GALEGA, POR SEXO E PROVINCIA DE ORIGEM, RESIDENTE EM PORTUGAL. 2011.

Provincia de orixe	Total	Homes	Mulleres
A Coruña	482	187	295
Lugo	107	51	56
Ourense	612	297	315
Pontevedra	2.256	1.136	1.120
Total	3.457	1.671	1.786

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA DE ESPANHA.

GRÁFICO 3.- ESPANHOIS E PORTUGUESES, POR IDADE, QUE TRABALHAM NA EURO-REGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL FOR A DO SEU ESTADO DE ORIGEM



FONTE: MINISTERIO DE TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL DE PORTUGAL. CONSELLERIA DE TRABALLO E BENESTAR. JUNTA DE GALIZA.

TABELA 9.-PESSOAS FISICAS DE NACIONALIDADE ESPANHOLA E RESIDÈNCIA EM ESPANHA POR CAI, COM SALARIOS DECLARADOS NA REGIAO NORTE DE PORTUGAL. 2011.

CAE da entidade empregadora	Nº persoas
Axentes aduaneiros e similares de apoio ao transporte	104
Fabricación doutros compoñentes e accesorios para vehículos automóbiles	93
Actividades de empresas de traballo temporal	54
Fabricación doutros artigos de plástico, n.e.	28
Correlación de produtos da pesca e da acuicultura	19
Transportes de mercadorías por estrada	17
Construción de embarcacións de recreo e deporte	16
Actividades dos establecementos de saúde con internamento	15
Fabricación de artigos de granito e rochas, n.e.	12
Fabricación de rodamentos, engraxes e doutros sistemas de transmisión	11
Construción de edificios (residencias e non residenciais)	9

FONTE: MINISTERIO DE TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL.

TABELA 10.-CONTRATOS A TRABALHADORES PORTUGUESES RESIDENTES EM PORTUGAL POR CNAE NA GALIZA

CNAE da entidade empregadora	Nº contratos
Construción de edificios	323
Enxeñaría civil	164
Transporte terrestre e por tubaxe	105
Servizos de aloxamento	43
Actividades de construción especializada	42
Actividades relacionadas co emprego	25
Comercio por xunto e intermediario do comercio, agás vehículos de motor e motocicletas	23
Servizos de comidas e bebidas	22
Fabricación doutros produtos minerais non metálicos	21
Comercio retalista, agás vehículos de motor e motocicletas	18

FONTE: CONSELLERIA DE TRABALLO E BENESTAR. JUNTA DE GALIZA.

TABELA 11: OUTROS DESTAQUES E DIFERENÇAS DA EURO-REGIÃO

	Norte de Portugal	Galiza	Euro-região
População	3.689.609	2.795.422	6.485.031
Território	21.285 km2	29.574 Km 2	50.859 Km 2
População empregada	1.732,9	1.100,7	2833,6
<small>Médias anuais em milhares de indivíduos</small>			
Agricultura, silvicultura e pesca	201,6	86,6	288,2
Indústria	444,8	171,6	616,4
Construção	180,6	105,2	285,8
Serviços	905,9	737,2	1643,1
População inactiva por classe de inactividade	1.755,1	1.082,4	2837,5
<small>Médias anuais em milhares de indivíduos Total</small>			
Estudantes	625,3	152,1	777,4
Reformados	568,2	571,6	1139,8
Domésticos	209,4	235,0	444,4
DESEMPREGO 2012 (2T 2012)	15.2%	21.07%	18.45%

Principais produções agrícolas, na região Norte. Ano 2010. Tm			
Batata (toneladas)	124.145		
Milho (toneladas)	97.996		
Maçã (toneladas)	75.096		
Vinho (hl)	2.546.947		
Azeitona oleificada (toneladas)	108.769		
Principais produções agrícolas, na Galiza. Ano 2009. Tm			
Trigo (grão)		50.150	
Centeio (grão)		17.220	
Milho Forrageiro		2.528.334	
Feijão seco		3.459	
Batata		537.084	
Uva para vinificação		133.579	
Capturas nominais de pescado. Ano 2010. milhares de euros. Total	39.750	458.381	
Produto Interno Bruto milhões de euros.2010	48.542	56.284	
Empresas Sediadas. Ano 2009	342.044	209.870	
Taxas de variação média do índice de preços no consumidor.			

Ano 2010. Percentagens.			
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1,2	1,9	1,55
Bebidas alcoólicas e tabaco	-0,7	-1	-0,85
Vestuário e calçado	4,2	9,8	7
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	-1,5	-0,3	-0,9
Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	4,4	4,8	4,6
Saúde	1,5	0,2	0,85
Transportes	-2	0	-1
Comunicações	4,9	6,9	5,9
Lazer, recreação e cultura	-1,7	-0,8	-1,25
Educação	-0,8	-1,4	-1,1
Hotéis, cafés e restaurantes	1,9	2,4	2,15
Bens e serviços diversos	1,3	1,8	1,55

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INSTITUTO GALEGO DE ESTATÍSTICA. 2012

Capítulo 11 - Plano Estratégico.

a.) Plano estratégico da Euro-região.

As prioridades estratégicas definidas concretizam-se através de um conjunto de intervenções que poderão ser co-financiados pelos fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão.

TABELA 12.- ESTRATEXIA



b.) Infra-estruturas de transporte-portos.

Os portos da Euro-região registaram uma TCMA de movimento de mercadorias e contentores de 2.3% e 6.9%, respectivamente. No entanto, as infra-estruturas do Noroeste Peninsular tem vindo a perder peso no selo da Península Ibérica. Apesar do grau de especialização existente, a concorrência entre os principais portos da Euro-região e a concretização estratégica do noroeste peninsular face às principais rotas

Europeias/mundiais de mercadorias, como também alargar o hinterland de influencia na Península Ibérica.

FIGURA 6.- PORTOS DE MAR.



FONTE: ESTUDOS DO BANCO ESPIRITO SANTO

FIGURA 7.- INFRA-ESTRUTURA AEUROPORTUARIA DA EURO-REGIÃO. 2008.



FONTE: ESTUDOS DO BANCO ESPIRITO SANTO

A rede ferroviária da Euro-região apresenta problemas de extensão, traçado e velocidade.

No entanto, os investimentos previstos e a rede de alta velocidade inverterão a atual situação. Através da redução das distancias diamizar-se-ao as sinergias entre o

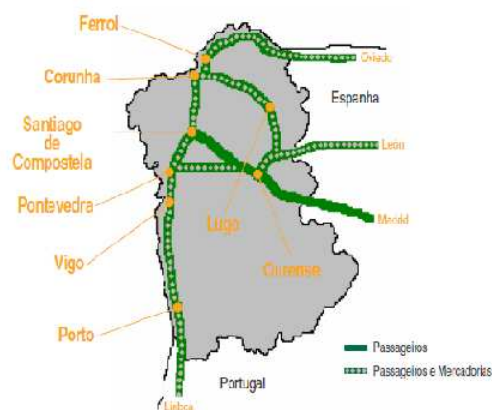
litoral e os meios rurais, melhorando a competitividade das empresas, potenciando novos investimentos privados, gerando emprego e fixando populações. Completamente, através de uma oferta turística conjunta, captar-se-ao mais turistas para a região.

TABELA 13.- IMPACTO DA LINHA FERROVIARIA DE ALTA VELOCIDADE PORTO-VIGO NA EURO-REGIÃO.

Efeito	Descritivo
Geração de riqueza	1 pp a 1.5 pp do PIB em 2010 EUR 5.7 mil milhões do YAB durante a duração da obra
Aumento da competitividade	Poupança de tempo para aceder aos aeroportos, instalações portuárias e plataformas logísticas
Geração de emprego	100 mil postos de trabalho durante o período de obra 10 mil postos de trabalho após a conclusão da obra
Captação de turistas	Duplicação do número de visitantes a médio prazo

FONTE: ESTUDOS DO BANCO ESPIRITO SANTO.

FIGURA 8 .- REDE FERROVIARIA DE ALTA VELOCIDADE PREVISTA PARA EURO-REGIÃO EM 2010.

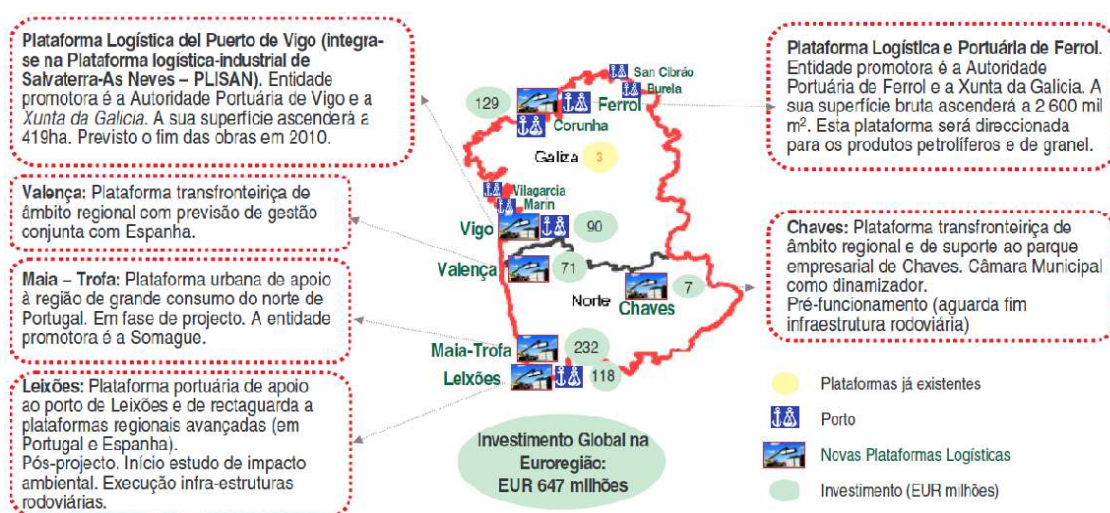


FONTE: ESTUDOS DO BANCO ESPIRITO SANTO.

c.-) Plataformas logísticas – investimentos.

São conhecidos 6 projectos de plataformas logísticas na Euro-região: 2 na Comunidade da Galiza e 4 no Norte de Portugal. Prevê-se que venham a gerar um volume de investimento directo de aproximadamente 647 milhões EUR.

FIGURA 9.- INVESTIMENTO GLOBAL NA EURO-REGIÃO

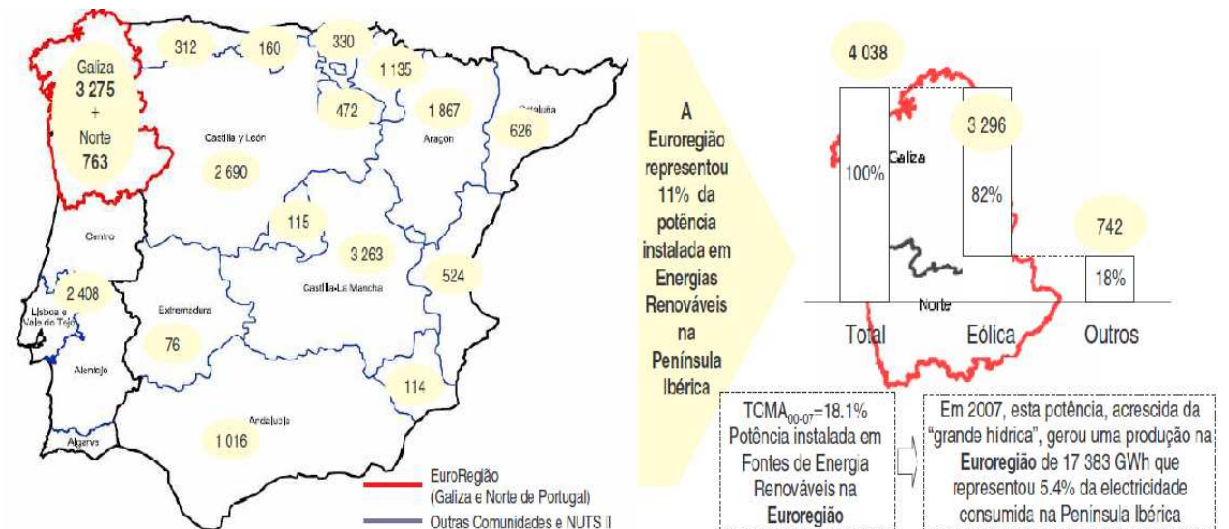


FONTES: GABINETE PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LOGISTICO NACIONAL, TRANSMARKET, AUTORIDADE PORTUARIA DE VIGO E DE FERROL, ATLANTIC, ES RESEARCH.

d.-) Energias renováveis – investimentos.

Em 2007, a potencia instalada em energias renováveis na Euro-região ascendeu a 4038 MW, 10% do total da potencia instalada em energias renováveis na Península Ibérica, destacando-se o contributo das explorações eólicas (82% da potencia instalada em energias renováveis na Euro-região).

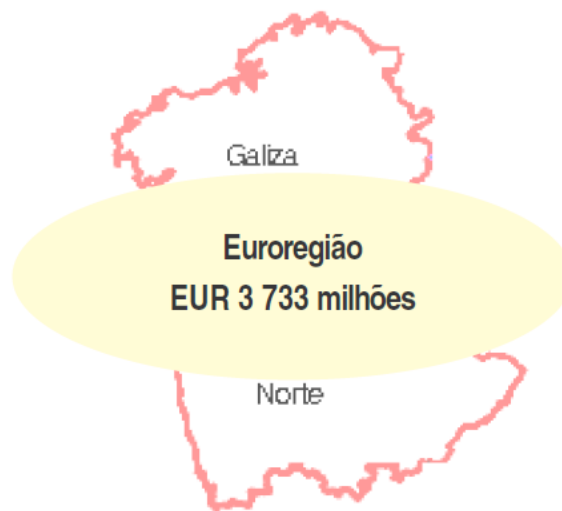
FIGURA 10.- POTENCIA INSTALADA EM ENERGIAS RENOVAVEIS NA PENINSULA IBERICA E NA EURO-REGIÃO 2007



FORNE: ESTUDOS DO BANCO ESPIRITO SANTO.

Considerando os projectos apresentados perspectivam-se investimentos significativos em energias renováveis na Euro-região, que se estima virem a ascender a cerca de EUR 3.7 mil milhões. O segmento eólico será o mais representativo (com grande relevância na Região da Galiza), seguindo-se o segmento hídrico (especialmente na Região Norte de Portugal).

FIGURA 11.- INVESTIMENTOS PREVISTOS EM ENERGIAS RENOVAVEIS NA EURO-REGIÃO PARA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE

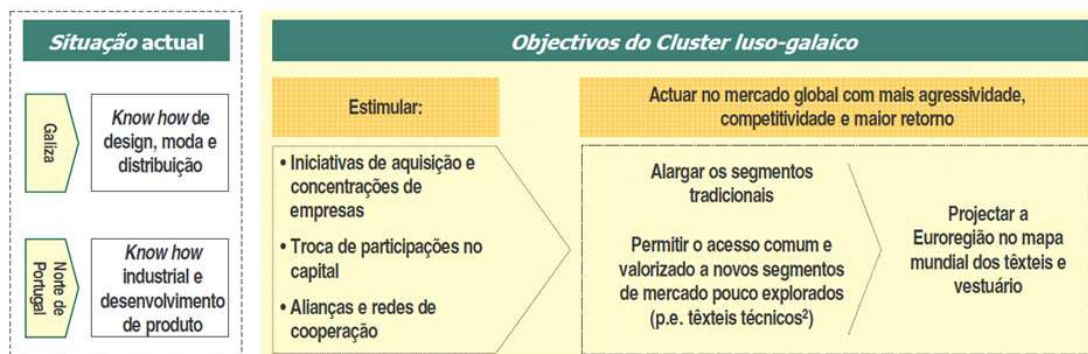


FONTE: ESTUDO DO BANCO ESPIRITO SANTO.

e.-) CLUSTER TEXTIL.

A indústria têxtil e do vestuário (ITV) é um dos sectores que mais emprega e mais riqueza gera no tecido empresarial da Euro-região. Num contexto setorial muito agressivo à escala global, a proposta de criação de um megacluster luso-galaico poderá, não só acentuar a complementaridade já existente entre as empresas de vestuário do Noroeste Peninsular, como também, impulsionar novas parcerias no sector têxtil e na moda, projectando e Euro-região no mapa mundial dos têxteis e vestuário.

TABELA 14.- CLUSTER LUSO-GALAICO DO SECTOR TEXTIL, VESTUÁRIO E MODA.



FONTE: ESTUDO DO BANCO ESPIRITO SANTO.

f.-) TURISMO

A Euro-região é um dos poucos territórios europeus a integrar quatro cidades (Santiago de Compostela, Lugo, Guimeraes e Porto) e a margem de um rio (Região Vinhateira do Alto Douro) classificados pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade.

A crescente procura turística na região, conjugada com as características naturais e os projectos infraestruturais e de cooperação empresarial existentes, permite identificar as seguintes oportunidades no sector:

FIGURA 12.- OPORTUNIDADES DE TURISMO



FONTE: ESTUDO DO BANCO ESPIRITO SANTO.

O parque termal da Euro-região é constituído por 39 unidades localizadas em zonas de elevado potencial paisagístico. A aposta na modernização e valorização das infra-estruturas e a oferta de produtos complementares ao termalismo (p.e., golfe, caça, visita a aldeias históricas e oferta gastronômica), permitirão captar a crescente procura internacional de turismo de Saúde e Bem-Estar.

FIGURA 13.- PARQUE TERMAL, EURO-REGIÃO 2007



FONTE: ESTUDO DO BANCO ESPIRITO SANTO.

g.-) INOVAÇÃO

TABELA 15.- INOVAÇÃO.

Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia		<i>Health Cluster Portugal</i>														
Cooperação luso-espanhola	2005	Nanociência Criar novos materiais, dispositivos ou sistemas para o controlo da matéria à escala atómica.														
	2008	INL (Braga) Centro internacional para 200 investigadores Portugal+Espanha+IBM Corporation Áreas de actuação: Nanomedicina Ambiente, segurança e qualidade alimentar Nanoelectrónica Nanotecnologias e nanomanipulação Programa de Cooperação Nanomedicina Universidades de Aveiro, Minho, Porto, Coruña, Santiago de Compostela e Vigo Programa de Capitação em Nanociência e Nanotecnologia Projectos de I&D Bolsas de doutoramento Pós-doutoramento														
	2010/11	Prémio Europeu de Nanociência (MCTES)														
		<p>Health Cluster Portugal Investigação, concepção, desenvolvimento, fabrico e comercialização de produtos e serviços associados à área da saúde.</p> <p style="text-align: center;">Apostas Estratégicas</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; text-align: center;"> <div style="border: 1px solid green; border-radius: 15px; padding: 5px;">Bem estar Envelhecimento</div> <div style="border: 1px solid green; border-radius: 15px; padding: 5px;">Prevenção Tratamento doenças</div> <div style="border: 1px solid green; border-radius: 15px; padding: 5px;">e-health</div> </div> <p>Processo de cooperação envolvendo boa parte das empresas, numa primeira fase sedeadas na região Norte, com enfoque para o panorama internacional, bem como entidades do sistema científico e tecnológico. Em Abril 2008 foi constituído o Pólo de Competitividade e Tecnologia da Saúde (PCT Saúde) – <i>Health Cluster Portugal</i>.</p> <p>Distribuição dos Associados Fundadores do PCT Saúde</p> <table border="1"> <caption>Distribuição dos Associados Fundadores do PCT Saúde</caption> <thead> <tr> <th>Setor</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Indústria Farmacêutica</td> <td>27%</td> </tr> <tr> <td>Serviços e Dispositivo Médico</td> <td>22%</td> </tr> <tr> <td>Centros de Investigação</td> <td>21%</td> </tr> <tr> <td>Hospitais Cuidados de Saúde</td> <td>19%</td> </tr> <tr> <td>Parques de Ciência e Tecnologia</td> <td>3%</td> </tr> <tr> <td>Estado (CCDRNorte)</td> <td>1%</td> </tr> </tbody> </table>	Setor	Porcentagem	Indústria Farmacêutica	27%	Serviços e Dispositivo Médico	22%	Centros de Investigação	21%	Hospitais Cuidados de Saúde	19%	Parques de Ciência e Tecnologia	3%	Estado (CCDRNorte)	1%
Setor	Porcentagem															
Indústria Farmacêutica	27%															
Serviços e Dispositivo Médico	22%															
Centros de Investigação	21%															
Hospitais Cuidados de Saúde	19%															
Parques de Ciência e Tecnologia	3%															
Estado (CCDRNorte)	1%															

FONTE: ESTUDO DO BANCO ESPIRITO SANTO.

Conclusão

O objetivo do nosso trabalho era conseguir compreender e explicar a Euro-região Galiza Norte de Portugal, sacando o tema de labirintos institucionais que às vezes separam estas realidades da realidade do cidadão normal.

Em primeiro lugar, referimo-nos ao reino medieval da Galiza como o último dos antecedentes da Euro-região. Conquanto antes desse momento haja muito mais história em comum.

Depois da separação do que hoje é a região do Norte de Portugal, Galiza começa uma longa etapa de solidão da qual que não voltará a recuperar o esplendor medieval antes conhecido. Será necessária a chegada da democracia a Espanha e a instauração do Governo Autónomo para que a Nacionalidade Histórica da Galiza volte a ter certo nível de protagonismo e autogoverno que a ajude no seu desenvolvimento.

Por tanto separou-nos uma fronteira que contribuiu à criação de um estado: Portugal. E à absorção quase total do antigo reino da Galiza por parte, em primeiro lugar, de Castilla e depois de Espanha.

Mas apesar destas realidades políticas, a fronteira sempre foi bastante permeável e aberta. E os intercâmbios entre ambos os lados da raia produziam-se com total naturalidade e frequência. Para além disto está o facto de existirem línguas de raiz

comuns e culturas praticamente iguais, especialmente no âmbito rural tanto da Galiza como do Norte de Portugal.

Foram muitos anos de história assim vivida – sem falar da emigração de galiza a Portugal -- até que com a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia começam a se potenciar os contactos políticos e regionais. Algumas vezes com verdadeiro receio por parte dos poderes estatais, mas, no final, sempre baixo a iniciativa e estrutura da Europa a qual contribui de forma decisiva à aproximação das duas regiões e à criação da Euro-região Galiza – Norte de Portugal.

Primeiro com as diferentes resoluções do Conselho da Europa respeitantes ao direito das regiões e à autonomia local. Depois com a criação das associações de cooperação regional até que em 1991 nasce a CTG-NP: Comunidade de trabalho Galiza Norte de Portugal

Também nessa data nasce o Eixo Atlântico do Noroeste peninsular que quer representar ao poder local das duas regiões e, portanto da euroregião no seu conjunto.

Finalmente, em setembro de 2008 assina-se em Santiago de Compostela o “Convénio de Cooperação Europeia entre a Junta da Galiza e a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) para a criação da AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação territorial) Galiza Norte de Portugal” que conta com personalidade jurídica própria e vocação de começar a trabalhar no desenvolvimento da

Euro-região e na sua integração económica, política e social. E que converte à Euro-região Galiza Norte de Portugal em referencial e exemplo de cooperação regional na Europa.

Uma importante missão porque pese a que Galiza e o Norte de Portugal mantêm muitas semelhanças, também têm importantes diferenças sociais e económicas.

Em primeiro lugar aparece a população a qual está envelhecida, em general, conquanto é verdadeiro que o Norte de Portugal conta com um importante potencial de juventude na sua população.

Por tanto esse envelhecimento leva a Galiza que tenha uma menor taxa de atividade que o Norte de Portugal além de um desemprego maior também na Galiza que no Norte de Portugal.

Do ponto de vista económico Galicia apresenta uma maior convergência com à união Europeia mas o crescimento económico é maior no Norte de Portugal.

Socialmente, Galiza apresenta um melhor comportamento dos indicadores sanitarios e educativos, mas o Norte apresenta uma melhor disposição de crescimento e oferta nestes setores.

Do que não há dúvida é de que hoje, da mesma forma que em praticamente todos os momentos da história, a mobilidade e o contacto entre a Galiza e o Norte de

Portugal são máximos, e só estes fluxos representam o 50 por cento do total dos movimentos que se realizam entre Portugal e Espanha.

Está em funcionamento um Plano estratégico para começar a mobilizar os recursos da Euro-região. Este Plano centra-se em:

- Impulsionar os sistemas básicos de transporte
- Cooperar no âmbito marítimo e pesqueiro
- Fomentar a inovação a tecnologia e o capital humano nas PMEs
- Valorizar os recursos turísticos e alimentação
- Proteger e fomentar o uso de energias renováveis, proteção ambiental e

desenvolvimento urbano sustentável.

E, em geral promover a integração social e institucional através da cultura, a economia e os equipamentos coletivos comuns.

Entre as muitas ações levadas a cabo com base neste plano estratégico estão o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnología de Braga e o Health Cluster Portugal.

Por último destacar que a Euro-região foi muito bem acolhida pela população tanto da Galiza como do Norte de Portugal que considera este organismo de grande importância e utilidade para o desenvolvimento económico, político e social dos seus comunidade locais e regionais

ANEXO I – Transcrição de entrevista

Entrevista não confidencial: Lirón Lago, Juan. Diretor-Geral da AECT

Galiza – Norte de Portugal. 2012. Vigo: 2 julho

1- Por que foi criada a AECT Galiza Norte de Portugal?

Há umas chaves europeias. Teve uma história da cooperação transfronteiriça e no período 2007 2013, a cooperação transfronteiriça começa a ser um objetivo da política regional e portanto a cooperação transfronteiriça adquire um estatuto principal e começa a desenvolver-se mais a cooperação transfronteiriça.

Eu sempre gosto de pôr um exemplo que explica a importância desta nova situação da cooperação transfronteiriça.

Das quatro pontes que há no rio Minho, duas foram feitas por Portugal e duas por Espanha. Não se podiam fazer meia ponte por um país e meia ponte pelo outro país. Através da comissão de limites, duas pontes são feitas por Portugal e duas por Espanha. Com Interreg acontecia uma coisa parecida: A Região Norte fazia o seu projeto e Galiza o seu projeto e depois se uniam. Isto teve o seu percurso e tinha que dar um salto. E esse salto deu-o com o REGULAMENTO (CE) N.º 1082/2006 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 5 de julho de 2006 sobre o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), onde se materializa um pouco essa elevação de estatuto da cooperação

transfronteiriça como objetivo dentro da política regional. Antes as comissões de trabalho não tinham personalidade jurídica. Por um lado assistiam os Diretores Gerais da Junta da Galiza e pelo outro os diretores regionais dos respectivos ministérios de Portugal. Agora, com as AECTs, que nascem de um regulamento comunitário do que lhes dá personalidade jurídica, deu-se um salto qualitativo muito importante. Já não se propõem dois projetos que se unem. Agora realiza-se um só projeto com vários sócios, mas um só projeto. Com isso, a AECT assume as concorrências que antes eram de uso exclusivo dos estados.

Por tanto a AECT é uma entidade pública, com personalidade jurídica. É uma entidade internacional. No nosso caso, a AECT está criada e formada pela Junta da Galiza e o Estado Português, através da CCDR-Norte de Portugal, que são os sócios e que participam dela. Como já é conhecido, numa AECT podem estar um, dois ou três estados, como é o caso da AECT EUROMETROPOL que foi a primeira AECT criada, cobrindo uma região que engloba 3.533,5 Km² e abarcando cerca de 2 milhões de habitantes entre os territórios da França e Bélgica e na que estão representada ambos Estados, os departamentos franceses e belgas, os municípios franceses e belgas. Isto é: diferentes níveis de representação.

É verdadeiro que a cada vez se lhe está dando mais competências a este tipo de figuras. Daí o novo regulamento europeu de Cooperação Transfronteiriça que se vai publicar em breve. E que terá a mesma categoria normativa que a dos regulamentos dos fundos comunitários.

2- E porque tu achas que é tão importante a cooperação Transfronteiriça nesta área do noroeste peninsular? Por que é tão importante como elemento da política de coesão e cooperação da UE?.

Acho que por diferentes razões culturais, históricas e económicas. Isto é, a agregação gera economias de escala e gera benefícios. E existem grandes complementaridades entre a Galiza e o Norte de Portugal. Não só pela cultura e pelo idioma. Se não que desde o ponto de vista económico há mais complementaridades que diferenças em muitos setores. E a mas proximidade mas economias de escala. Além disso, Portugal foi um grande império, igual que tal como o foi Espanha. Por isso, aproveitar as sinergias que se possam gerar nestes campos, também é importante e está dentro das concorrências competências da AECT. Trocar redes de comercialização de empresas galegas e portuguesas, também pode ser outra das estratégias a desenvolver desde a AECT. A AECT está para complementar.

3- Que setores são os mais complementares nestas duas regiões?

Há um importante número de setores nos que existe complementaridade. Um dos mais importantes é o turismo. Tanto no turismo cultural, como no religioso, o gastronómico, etnográfico, o de descanso e golfe, náutico, termal, e muitos outros sub sectores mais. No setor cultural e criativo também há grandes potencialidades e complementaridades entre a Galiza e o Norte de Portugal, com um grande pólo criativo no Porto e a Cidade da Cultura da Galiza. O têxtil, os carros, ou na indústria naval, no

I+D+I, com importantes centros tecnológicos, como o Instituto de Nanotecnologia de Braga ou o Cluster do Mar em Vigo. Também nas atividades florestais e do meio ambiente há uma grande complementariedade. E não só dirigido ao mercado de 6 milhões de habitantes que vivem no Euro-região Galiza – Norte de Portugal. Se não à globalidade.

4- E daí opinas daquelas pessoas que pensam que, no fundo, o que se trata é de reconstruir a Galícia?

Pois que há que manter os costumes, as tradições, os idiomas, as culturas. Mas há que olhar ao futuro. E o futuro passa pela globalização e a internacionalização, com as suas coisas boas e com as suas coisas más. Mas se Galiza e o Norte de Portugal querem continuar a viver e querem manter e incrementar o seu crescimento económico e o desenvolvimento dos seus habitantes terá que aplicar o dito de que a união faz a força. E a cooperação gera benefícios para os que cooperam. E a AECT é um organismo destinado à cooperação.

5- Nos últimos anos, o Norte de Portugal sofreu uma diminuição de renda e do nível de vida de outras zonas do país a favor do centro e de Lisboa que conseguiu atingir níveis médios de rendimento europeus. Lisboa e o governo central Português vêm com receios a AECT Galiza – Norte de Portugal?

Não exatamente. Há vários movimentos centrípetos e centrífugos. Há pessoas e instituições no Norte de Portugal que apostam claramente pela regionalização, seguindo

na sua maioria o modelo espanhol, e há outras que não, porque alegam que isso vai aumentar custos. Segundo estas segundas opiniões, há que levar concorrências e coisas a Lisboa. Ou a Madrid, porque também em Espanha se escutam vozes críticas sobre a regionalização. Por isso há que estabelecer os critérios sobre regionalização de forma equilibrada e acertada. Não passar dos limites que aconselham o senso comum e o equilíbrio entre administrações e territórios. Mas se a Europa estiver fomentado a cooperação Transfronteiriça através de AECTs e outras políticas e atuações, é porque quer que tenha coesão. O objetivo da política de cooperação Transfronteiriça é a coesão. Para esse objetivo vão os esforços e políticas da Europa. E é um movimento sem retorno com maiores ou menores avanços no tempo. Mas com a coesão é para onde se caminha. Os Estados devem de cumprir com o seu papel de coordenadores destas políticas. Mas é um erro quando os estados querem para eles todas as competências e atuações. E o princípio de subsidiariedade é claro. É necessário acercar as instituições aos cidadãos para que as instituições sejam reais e efetivas. Os problemas de uma região conhecem-nos melhor os cidadãos da região que os servidores públicos de Lisboa ou Madrid. Agora que sem se esquecer nunca da racionalidade. Isto é: não duplicar competências, racionalizar a despesa e procurar a complementariedade e a poupança.

6- Com respeito ao futuro da AECT. Se tivesses que enunciar como vai ser o futuro da AECT e do Euro-região Galiza-Norte de Portugal, como fá-lo-ias?

O futuro da AECT e do Euro-região Galiza – Norte de Portugal é muito positivo. Eu o vejo com grande otimismo.

7- Poderia a AECT chegar a substituir a instituições que agora desempenham um importante papel de governo a nível regional?

A União Europeia dá (competências às AECTs para gerir e financiar não só programas de cooperação. Também outros projetos como os programas operacionais nacionais. Por parte da Comissão Europeia gostaria de avançar mais. É conhecido que sempre há um movimento entre a Comissão e os estados membros. E ao final sempre se chega a uma situação de equilíbrio, porque às vezes a Comissão quer avançar mais e os estados membros querem ir mais devagar na execução de políticas e iniciativas. Mas vai-se avançando. Isto desde o ponto de vista político. Porque desde o ponto de vista social e económico, o ponto de vista é outro. Será a própria dinâmica social quem marcasse os acontecimentos.

Não se trataria tanto de uma regionalização se não de uma maneira de gestão europeia. Mais perto dos territórios. E por suposto que não vão a suplantar nenhuma administração regional. A AECT é um braço técnico da Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal. A Comunidade de trabalho marca as políticas e a AECT executa-as dentro do enquadramento jurídico europeu. Isto é não suplanta nem suplantar a nenhuma administração. A AECT é um instrumento da política de cooperação Transfronteiriça das regiões. Trata-se de coordenador políticas de territórios para gerar economias de escala e maiores rentabilidades económicas, sociais e menores custos.

Mas sobretudo, temos que achar. Porque já temos em marcha alguns projetos importantes inclusive a nível mundial. Portugal é um país exportador porque é competitivo em muitos setores. A indústria espanhola também é competitiva. Não é que tenhamos que nos esforçar em exportar em época de crise. Em todas as épocas se deve de assumir esse mercado. Também nesse campo tem funções importantes que se podem promover desde a AECT.

A competitividade é uma das grandes estratégias pela que se vai destinar grandes atenções e recursos da AECT. A AECT é um instrumento de cooperação regional destinado a gerar crescimento económico e a promover a concorrência das empresas do Euro-região a nível global. Sem esquecer que a AECT Galiza Norte de Portugal é das que mas reconhecidas está a nível europeu.

8- Com respeito ao futuro. Poderias enunciar as estratégias e atividades a desenvolver?.

Com respeito ao futuro, além de todos os projetos de cooperação, temos três projetos estratégicos:

a) O primeiro é o gabinete de formação do Euro-região, no que agrupassem todos os dados e informações do Euro-região e coordenar toda a informação de universidades, centros tecnológicos, etc.?

b) Em segundo lugar esperamos poder desenvolver um plano global de comunicação e marketing para fazer chegar aos cidadãos a presença da AECT, os seus fundamentos e atividades. Isto é: criar uma marca do Euro-região onde temos grandes potencialidades de crescimento.

c-) E, terceiro, um Plano estratégico 2014 – 2020, em onde se faça pela primeira vez um planeamento dos fundos comunitários da Galiza e do Norte de Portugal para que todos os projetos sejam conjuntos.

ANEXO II

Inquérito de opinião: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO. DA GALIZA E DO NORTE DE PORTUGAL. SOBRE A EURO-REGIÃO

Em dezembro do ano 2010 a Aect Galiza Norte de Portugal decidiu realizar um estudo - inquérito que tem como objetivo fundamental a compreensão da percepção dos residentes na Galiza e no Norte de Portugal sobre os seguintes aspetos da Euro-região:

- Administração;
- Factores de união e barreiras;
- Economia e emprego;
- Ensino superior e investigação;
- Transportes;
- Cultura;
- Turismo.

Os resultados deste inquérito pode-se resumir do seguinte modo:

Administração, Factores de união e barreiras.

Ao nível da administração, são de destacar os seguintes resultados:

- A população sente-se mais identificada com os níveis de administração com menor dimensão territorial (município ou inferior);

- O nível de identificação da população com a Euro-região tem resultados relativamente baixos, sendo que é maior no Norte de Portugal do que na Galiza;

- Na Galiza a maioria da população conhece ou já ouviu falar da Euro-região, enquanto que no Norte de Portugal a maioria da população desconhece esta realidade;

- A grande maioria dos inquiridos está de acordo com a existência de uma entidade que promova as relações e os projetos de cooperação entre as duas regiões.

É curioso verificar que, sendo historicamente regiões pertencentes a dois Estados diferentes, muitas vezes rivais, a população de ambas as regiões considera em larga escala que a língua, a cultura e a história são fatores de união. Embora a um nível inferior, as infra-estruturas de transporte são também vistas como fatores de união. O fator “política” é o menos visto como fator de união, sendo mesmo percecionado pelos galegos de forma mais vinculada como barreira do que elemento de união.

Economia e emprego

Da economia, a população da Euro-região, tanto no Norte de Portugal como na Galiza, perceciona a região da Galiza como mais avançada em termos de empreendedorismo, inovação tecnológica e desenvolvimento económico.

Os únicos pontos que são mais valorizados pelos galegos em relação ao Norte, do que entre a população do Norte em relação à Galiza, são a qualidade dos produtos e a atratividade do comércio tradicional e das grandes superfícies

O único ponto em que as opiniões negativas da população do Norte em relação à Galiza são expressivas é o do emprego. Tanto no Norte de Portugal como na Galiza, as empresas da outra região são consideradas como fortes investidoras

Ensino superior e investigação

No que respeita ao ensino superior e investigação, os inquiridos em ambas as regiões consideram que a Galiza se encontra numa posição mais avançada que o Norte de Portugal cooperação entre as instituições de ensino superior dentro da Euro-região, concordando com a ideia de que esta cooperação deve ser reforçada.

Transportes

Em matéria de transportes, novamente prevalece a percepção de que a Galiza se encontra mais avançada do que o Norte de Portugal A única excepção recai sobre os aeroportos do Norte de Portugal, sobre os quais os galegos têm uma percepção mais positiva

Relativamente ao TGV os galegos apoiam a construção do TGV por ampla maioria, enquanto os residentes no Norte de Portugal se mostram mais divididos. No que se refere à introdução recente de portagens no Norte de Portugal, os residentes de

ambas as regiões concordam que este facto é muito prejudicial às deslocações entre as duas regiões.

Cultura

No âmbito da cultura, constata-se que os residentes de ambas as regiões consideram a Galiza mais avançada do ponto de vista da dinâmica cultural

Turismo

Relativamente ao turismo de um modo geral, tanto os residentes na Galiza como no Norte de Portugal apresentam uma percepção positiva sobre a actividade turística na região vizinha.

Considerando-se a percepção sobre a actividade turística na Galiza, onze dos aspectos avaliados foram classificados como bons ou muito bons por mais de metade dos entrevistados no Norte de Portugal, destacando-se os itens “beleza paisagística”, “oferta turística” e “qualidade e variedade de lojas” e “atrativos culturais e arquitetónicos”. O item “qualidade e variedade gastronómica” é aquele com apreciação menos positiva entre os residentes no Norte de Portugal, seguido dos itens “custo de vida” e “ruído ambiente”.

Por sua vez, a percepção dos galegos sobre a actividade turística no Norte de Portugal é ainda mais positiva. Com efeito, 14 dos aspectos analisados foram classificados

como bons ou muito bons por mais de metade dos galegos entrevistados, destacando-se os itens “beleza paisagística”, “hospitalidade”, “qualidade da água e das praias”, “qualidade e variedade gastronómica” e “atrativos culturais e arquitetónicos”. A apreciação negativa dos galegos sobre os aspectos da actividade turística no Norte de Portugal revela-se um pouco mais contundente – sem, contudo, afectar a percepção genericamente positiva referida anteriormente. Neste contexto, os itens “custo de vida” e “sinalização” são aqueles pior avaliados pelos galegos, seguidos dos itens “limpeza” e “facilidade de uso e qualidade dos transportes”

Portanto pode-se concluir que a maioria da população aceita de bom grado a existência da Euro-região para que contribua na gestão dos relacionamentos entre a Galiza e o Norte de Portugal, onde a língua, a cultura e a história são fatores de união. As infra-estruturas aparecem como outro dos grandes objetivos desta colaboração.

Também existe uma sentimento de que as estruturas políticas podem afastar estes objetivos regionais, mas que do ponto de vista económico, apresentam-se mais vantagens que inconvenientes na criação da Euro região, tanto na Galiza como no Norte de Portugal, conquanto os problemas de emprego da Galiza sejam um problema.

A cultura e a educação na Galiza são mais valorizadas que no Norte de Portugal, embora no Norte de Portugal a vida cultural seja mais intensa. E no que diz respeito aos transportes a Galiza é melhor valorizada que o Norte de Portugal, embora o Norte não tenha graves deficiências neste sentido ao ser comparado com a Galiza.

De todos os elementos analisados, possivelmente será o turismo o que gera mais acordos entre galegos e portugueses. Do Norte: beleza paisagística, oferta turística, qualidade e variedade de lojas e atrativos culturais e arquitetónicos são os temas em que todos concordam e, como tal, servem de base para uma melhor integração e promoção da atividade turística e social na Euro Região.

Em resumo: a opinião que galegos e portugueses do Norte têm uns sobre outros é boa, e as possibilidades de continuar com a integração também o é.

Para um texto completo deste inquérito podesse consultar:

<http://www.gnpaect.eu/multimedia/adjuntos/1332840233.pdf>

FONTE: PERCEÇÕES DA POPULAÇÃO DA GALIZA E DO NORTE DE PORTUGAL SOBRE A EURO REGIÃO. SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO - AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL GALIZA- NORTE DE PORTUGAL. DEZEMBRO 2010. (PODE VER-SE O ESTUDO COMPLETO NO ANEXO LL).

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- ^I Mattoso, José. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. 3ª edição. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Junho 2007. ISBN: 978-972-27-1566-9
- ^{II} Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) <http://www.ccdr-n.pt/pt/gca/?id=1028>
- ^{III} “A fronteira medieval entre Galícia e Portugal”, (25 de abril de 2007) Revista Tema Livre, Ano VI Edição nº12. Niterói, Rio de Janeiro, (revisión julho 2007) <http://www.revistatemalivre.com/galiza12.html>.
- ^{IV} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- ^V Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- ^{VI} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- ^{VII} Silva, Carlos; Cardoso, Antonio As Euro-Regiões e o Futuro da Europa. Edições do Eixo Atlântico
- ^{VIII} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- ^{IX} Troncoso Veloso, Santiago (2008) O Patrimônio Cultural imaterial galego-português: riqueza e diversidade. ISSN: 1579-6582. Revista: Tempo Exterior. Revista de Análise e Estudos Internacionais.
- ^X Nuno Venade, Luís Domínguez. As eurorrexións e o futuro de Europa . O Modelo da Eurorrexión Galiza-Norte de Portugal. ISBN: 972-9071-44-6
- ^{XI} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- ^{XII} A “Banana Azul” é um corredor urbano da Europa Ocidental. Estende-se desde o noroeste da Inglaterra, até Milão. Abarca cidades como Mánchester, Londres, Bruxelas, Ámsterdam, Colónia, Frankfurt, a vazia do Ruhr, Luxemburgo,

Estrasburgo, Basilea, Zurique, Milão, Turín, París Génova, Mónaco e Niza. É uma das maiores concentrações de habitantes, dinheiro e indústria do mundo.

- ^{xiii} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- ^{xiv} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- ^{xv} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]
- XVI Acordo constitutivo da Comunidade e Trabalho assinado o 31 de outubro de 1991. <http://www.Galiza-Nortept.org/indez.php/gl/documentos>.
- ^{xvii} Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Textos e documentos da página web www.eixoatlantico.com [2009]

- Alonso Fernández, Martín. Análisis de los polos de emprendimiento en la Eurorregión Galicia – Norte de Portugal. Trabalho fin de Master.
- Campos, Ana. O relacionamento Portugal-Galiza: das afinidades históricas e lingüísticas á cooperação económica. Setembro de 2009. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação realizada no âmbito do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação Orientada pelo Prof. Doutor Manuel Loff.